

Universidade de Lisboa



**“Inobservância do direito à informação  
como fundamento de anulabilidade das  
deliberações sociais”**

Dissertação Tese de Mestrado

Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico-Empresariais

**Orientadora:** Professora Doutora Ana Paz Ferreira Câmara Perestrelo de  
Oliveira

**2017**

**Trabalho realizado por:** Tiago Emanuel Couceiro Cunha, N°22640

## **Agradecimentos**

*“ Lex est ratio summa insita in natura quae iubet ea quae facienda sunt  
prohibetque contraria ”*

**(Marco Tulio Cícero)**

Presto um especial agradecimento a toda a minha família, por todo o apoio prestado durante o meu percurso académico e, um cumprimento igualmente especial, à Professora Doutora Ana Paz Ferreira Câmara Perestrelo de Oliveira.

## Resumo

Pretender-se-á, com este trabalho, uma demonstração de que a falta de informação, no âmbito societário, em regra, poderá ser sanada. Dir-se-á, em regra, dependendo da gravidade e das consequência que essa omissão poderá ter na vida das sociedades comerciais e nos sócios que a constituem, podendo ser renovadas quando não afetem gravemente a sua eficácia. Afetando de forma grave, aplicar-se-á a nulidade, deixando assim de produzir os seus efeitos *ab initio*.

Desta forma, com a ajuda a casos práticos, acórdãos, demonstrar-se-á que, em regra, o regime da anulabilidade é mais usado de forma a dirimir vícios subjacentes às informações societárias, de modo a prejudicar, com menor intensidade, as suas pretensões. Por fim, irá ser abordado, de uma forma meramente sucinta, os mecanismos que se encontram à disposição dos sócios de modo a acautelar tais violações na prestação de informação que, por lei, lhes são devidas. Assim, como alternativa aos tribunais civis, na propositura de ações, poder-se-á socorrer aos tribunais arbitrais, mediante requisitos prévios.

## Palavras-Chave:

sociedades comerciais, Código das Sociedades Comerciais, anulabilidade, nulidade, direito à informação, arbitrabilidade, sociedades anónimas, sociedades em nome coletivo, sociedades por quotas

## **Abstract**

The purpose of this thesis is to demonstrate that on corporate context, lack of information can be remedied. As a general rule, we can say that omissions can be corrected, however it depends on the severity of the consequences that the omission may have on the commercial companies and their partners. If it severely affects the company, the act is null *ab initio*.

Through the analysis of practical cases and court decisions I will demonstrate that the annulment is mostly used in order to settle deficiencies, avoiding more harmful consequences for company. Last but not the least, I will explain the mechanisms available to the partners in order to avoid violations in the provision of information, which by law, they are entitled. I will also talk about how partners, by some prerequisites, can avoid civil courts and may address to the arbitration panel.

**Key-Words:** comercial companies, code of comercial companies, annulment, null, information of law, arbitrability, anonyms' companies, companies in collective name, companies by shares

## Índice

<b>Abreviaturas.....</b>	<b>Página 1</b>
1. Introdução.....	Página 2
2. <b>O Direito à Informação.....</b>	<b>Página 3 a 23</b>
2.1 Na Constituição da República Portuguesa.....	Páginas 3 e 4
2.2 Nas Sociedades Comerciais.....	Páginas 4 a 11
2.2.1 Sociedades Em Nome Coletivo.....	Página 11 e 12
2.2.2 Sociedades Por Quotas.....	Páginas 12 a 19
2.2.3 Sociedades Anónimas.....	Páginas 19 a 23
3. <b>As Sociedades Anónimas.....</b>	<b>Páginas 24 a 45</b>
3.1 Breves notas sobre os regimes jurídicos que influenciaram o sistema jurídico português.....	Páginas 23 a 29
3.2 A falta de informação como fundamento de nulidade ou anulabilidade.....	Páginas 30 a 42
3.3 Meios à disposição dos sócios para acautelar a falta de informação que deveria ter sido prestada.....	Páginas 43 a 47
3.3.1 A ação de anulação e a ação de nulidade.....	Páginas 43 a 44
3.3.2 A arbitrabilidade como alternativa de resolução de litígios em caso de nulidade ou anulabilidade das deliberações sociais.....	Página 44 a 47
4. <b>Conclusões.....</b>	<b>Página 48 e 49</b>
5. <b>Jurisprudência.....</b>	<b>Página 50</b>
6. <b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>Páginas 51 a 53</b>

### **Abreviaturas**

**CSC** – Código das Sociedades Comerciais

**CCom** – Código Comercial

**CPC** – Código Processo Civil

**SNC** – Sociedades Em Nome Colectivo

**SPQ** – Sociedades Por Quotas

**SA** – Sociedades Anónimas

**Art.º** - Artigo

## 1. Introdução

O trabalho em apreço tem como objetivo fulcral, a aferição das consequências que se podem verificar, quando se apresenta, face a uma multiplicidade de violações legais, a inobservância do direito à informação no âmbito societário. Destarte, trata-se de uma matéria discutida e abordada no nosso ordenamento jurídico, ao qual é da maior importância, mais concretamente, no Direito das Sociedades Comerciais.

O que se pretende verificar são as consequências reais da não verificação de informação, seja ela de que natureza for. Essa mesma inobservância poderá ocorrer quer de forma antecipada, quer já no decorrer do seio das deliberações sociais.

A abordagem que será apresentada, numa fase inicial, será uma abordagem geral, uma abordagem ampla, onde esse tal direito tem a sua essência primordial, naquele que é considerado o livro dos livros, o livro mãe de um Estado de Direito Democrático, como é o caso Português, isto é, a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Seguidamente falar-se-á do direito à informação nas Sociedades Comerciais, com pequenas remissões para o Código Civil (CC) e com breve constatação cronológica da evolução do Código Comercial (CCom) e de como este influenciou o atual CSC.

Proceder-se-á à análise do direito à informação, nos vários tipos societários, nomeadamente nas Sociedades em Nome Coletivo (SNC), por Quotas (SPQ) e Anónimas (SA).

Estas últimas (Sociedades Anónimas) serão abordadas com maior detalhe, uma vez que a relevância atribuída apresenta uma relevância fundamental, em detrimento das restantes.

Analizados os diferentes regimes societários, supra indicados, chegaremos ao cerne da questão, ou seja, avaliar se a privação de tal direito, é sancionada com o regime da nulidade ou anulabilidade. Serão ainda alvo de considerações, os meios legais à disposição dos sócios para se precaverem de irregularidades causadas no âmbito societário, por falta de informação.

Estes pontos acima descritos serão apresentados e fundamentados com a apresentação prática de jurisprudência, através da análise de acórdãos, quando assim se justifique, com o intuito de evidenciar ou demonstrar as conclusões que vão sendo alcançadas.

Será assim um trabalho que visa um esclarecimento teórico-prático do tema em apreço.

## 2. O Direito à Informação

### 2.1 Na Constituição Da República Portuguesa

O direito à informação é um direito que deve ser considerado e respeitado como um direito absoluto, onde existe a possibilidade de aceder a determinados factos ou circunstâncias. Diz-se absoluto, uma vez que se encontra consagrado no artigo (artº) 37º da CRP, nomeadamente no número (nº) 1, segunda parte, e no nº 2.

Este direito comporta assim 3 (três) pilares fundamentais: o direito de informar, o direito de se informar e o direito de ser informado, sem que verifiquem atos discriminatórios (artº 37º, nº 1, segunda parte) e que os exercícios destes direitos não possam ser impedidos ou limitados, conforme nº 2 do artº supramencionado.

Para uma maior especificidade, acerca dos três pilares fundamentais, enunciados no início deste trabalho, é imprescindível conhecer o que cada um representa.

O direito de informar subentende a liberdade de comunicar ou transmitir informações, sem que essa transmissão ou comunicação esteja sujeita a impedimentos externos. No direito de se informar, o objetivo primordial é a recolha ou apreensão de informação ou de fontes, de uma forma livre, podendo existir, em certos casos, restrições autorizadas e de enorme confidencialidade. O último pilar, o direito a ser informado, revela a importância de uma informação clara e verdadeira<sup>1</sup>.

Assim sendo, qualquer um destes direitos, considerados, talvez, como um desmembramento do direito à informação, no seu todo, comportam, intrinsecamente, uma natureza que está integrada por um direito subjetivo público, isto é, como o seu próprio nome indica, atribuído a todos os cidadãos o mesmo direito, por ser considerado, como o próprio nome indica, um direito público<sup>2</sup>.

Como é enunciado por J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, na “*Constituição da República Portuguesa Anotada, Artigos 1º a 107º, Volume I, 4ª Edição Revista, Coimbra Editora*”, de forma sucinta e deveras esclarecedora: “O direito de expressão e de informação não podem ser sujeitos a impedimentos nem discriminações”.

---

<sup>1</sup> J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, “Constituição da República Portuguesa Anotada”, Artigos 1.º a 107.º, volume I, 4.ª Edição revista, Coimbra Editora

<sup>2</sup> Artur Rodrigues da Costa (Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça) em “Polícia e Justiça”, Coimbra Editora, pág.195



«Sem impedimentos» não pode querer dizer sem limites, visto que, o seu exercício pode dar lugar a «infrações». «Sem discriminações» não pode eliminar o alcance das exceções expressamente previstas na Constituição.” Por outras palavras, apesar de enquadrado no rol dos Direitos, liberdades e garantias pessoais da CRP, existem certos parâmetros que devem ser impreterivelmente adotados, apensados de limites e exceções.

Para o exercício prático de tais direitos, não é necessário nenhum atributo em especial, uma vez que se traduzem como um dos apoios indispensáveis de um Estado de Direito Democrático, como é o nosso caso em Portugal. Até então, observámos o direito à informação no seu todo, de um modo generalizado, prevendo a lei especial atenção para o acesso à informação nos casos em que é cedida ou fornecida em termos profissionais, nomeadamente no âmbito societário, em que essa mesma informação terá de ser prestada de um modo transparente. Como poderemos constatar mais à frente, ao longo do trabalho, essa mesma informação poderá não ser fornecida no seu todo, quando exista receio de que a mesma não será usada para bem da sociedade, assim como para o bem dos sócios/acionistas que a constituem.

Concluída a análise geral do direito supra referido, passaremos ao estudo, de um modo mais centrado, mais adequado à pertinência do tema. Ou seja, perceber qual a importância deste direito, no âmbito das sociedades comerciais.

## 2.2 Nas Sociedades Comerciais

Antes da análise, propriamente dita, ao direito à informação no CSC, é necessário recordar a importância que este direito teve em legislações anteriores, designadamente, no CCom de 1888.

Os artºs fundamentais e estruturantes, nesta legislação, são os seguintes: 119º, nº 2, 3 e 4, 155º e 189º. O primeiro destes artºs é considerado como a norma geral dos sócios, aplicado em todos os tipos societários.

Partindo assim, das normas gerais para as normas particulares, os artºs 155º e 189º são aplicados, respetivamente, às SNC e às SA.

O art.º 119.º do CCom fazia parte das obrigações e direitos dos sócios, onde se estipulava que todos os sócios tinham o direito a escolher os seus próprios administradores (nº2), a examinar a escrituração e os documentos da sociedade (nº3) e a

intervir nas propostas consideradas pertinentes (nº4) <sup>3</sup>. Relativamente ao artº 189º do CCom este tinha especial relevância para os acionistas, uma vez que eram divulgadas as contas sociais e era apresentado o relatório de gestão. Mais tarde, foi imposta uma revisão ao CCom, instituída pelo Decreto-Lei 363/77 de 2 de Setembro de 1977, onde o artº 155º passou a atribuir aos sócios, nas sociedades em nome coletivo, o direito de fiscalizar em certos termos a atividade social <sup>4</sup>.

Este artº 155º tem remissão para o CC, nomeadamente para o artº 988º, regra geral, onde se estipula que “nenhum sócio pode ser privado, nem sequer por cláusula do contrato, do direito de obter dos administradores as informações de que necessita sobre os negócios da sociedade, de consultar os documentos a eles pertinentes e de exigir a prestação de contas”. É considerado assim como um direito que jamais poderá ser afastado por cláusula contratual.

A ideia de que o CCom de 1888 era limitado para o exercício dos sócios à informação da sociedade, acabava por se confirmar, entendendo-se que o próprio direito se esgotava, como tivemos oportunidade de observar anteriormente, na hipótese de proceder ao exame de escrituração e na obtenção da prestação de contas <sup>5</sup>.

A verdade é que poderia ser considerado limitado nestes aspetos, isto é, na possibilidade de obter informações por parte das sociedades, mas em todo o caso, e em boa hora, a nossa legislação evoluiu até aos nossos dias.

O direito à informação veio assumir um importante protagonismo com a entrada em vigor do CSC de 1986. Só a partir desta vigência, foi possível um estudo mais claro e aprofundado.

A prestação de contas por parte das sociedades comerciais, apresenta-se como fundamental no seu regime, para que se verifique uma informação cuidada e clarificada que os sócios denominados de direito possuem, a fim de terem plena consciência sobre o que vão ser chamados a deliberar.

Deste modo, a prestação de contas aos sócios e a terceiros, tem como principal objetivo a elaboração de documento detalhado e o consequente fornecimento do modo de como é gerida a sociedade e de como a mesma se encontra de “saúde” patrimonial.

Poder-se-á, eventualmente, questionar sobre a sua eficácia, na prática, para uma gestão mais eficaz.

---

<sup>3</sup> Como é possível observar no Código Comercial de 1888

<sup>4</sup> Decreto-Lei 363/77 de 2 de Setembro de 1997

<sup>5</sup> Vd. Problema do direito das sociedades, João Labareda, Almedina, pág.122

Porque não retirar a seguintes ilações: a prestação de contas existe para que não se verifique, ou melhor, para que seja possível dirimir as irregularidades, em muitos casos, negligentes, mas também para prevenir gestões danosas que, para além de prejudicarem a sociedade, prejudicam, igualmente os sócios. Justifica-se assim pela necessidade de se poder inspecionar a atividade societária.

Para além de serem fiscalizados pelos órgãos competentes de fiscalização, caso existam, são também inspecionados pelos próprios sócios. Estes últimos gozam do direito à informação sobre a situação financeira da sociedade e sobre os negócios por esta regularizados, podendo, e devendo, exercer o direito ao voto, aprovando ou rejeitando as contas apresentadas pelos órgãos habilitados para essa função. Podem ainda impugnar as deliberações sociais, no que à prestação de contas diz respeito, gozando ainda da faculdade de responsabilização dos órgãos de fiscalização e de gestão pelo incumprimento das suas funções, quando não se tenha verificado o cumprimento das normas legais <sup>6</sup>.

Para além do dever de comunicar aos sócios a prestação de contas da sociedade, é necessário que esta seja divulgada a terceiros, principalmente para conhecimento dos credores sociais, tratando-se de interesse público.

A apreciação anual da sociedade, encontra-se regulada no CSC, Capítulo VI, onde a norma do artº 65º descreve o dever de relatar e consequentemente apresentar a gestão das contas. Essa apresentação tem um prazo de 3 meses a partir da data de encerramento de cada exercício anual, como consta do nº 5, do artigo 65º do CSC.

Esta norma é transversal a todos os regimes societários (por Quotas, em Nome Coletivo e Anónimas). Nas SPQ, a fiscalização de contas encontra-se regulada pela norma do artº 262º do CSC.

Nas SA, a existência de um órgão de fiscalização é sempre obrigatório, nos termos dos artsº 451º e 453º do CSC.

Antes do início da Assembleia Geral que irá aprovar o relatório de gestão de contas, o mesmo terá de ser analisado por uma entidade/órgão competente que emita um documento de certificação legal, para que estas possam ser aprovadas em sede própria (Assembleia Geral), sendo posteriormente remetido à comissão de auditoria e ao conselho fiscal, podendo também ser encaminhado para o conselho geral e de supervisão, como dispõe os artsº 452º e 453º do CSC, respetivamente.

---

<sup>6</sup> Cf. “O Direito Das Sociedades em Revista”, Março 2011, Ano 2, Vol. 5, Semestral, Almedina

Para além destes requisitos, convém não se ser alheio ao facto de os documentos serem colocados à disposição dos sócios, antes da realização da Assembleia Geral anual, como resulta da alínea e), nº 1, artº 289º do CSC <sup>7</sup>. Como é lógico e evidente, a palavra final sobre a aprovação ou rejeição das contas da sociedade é sempre dos sócios, sendo que, cada tipo societário apresenta as suas normas específicas: SPQ (nº 1 do artº 246º e artº 263º), SNC (artº 189º, nº 3) e SA (alínea a), nº 1, artº 376º), normas que se encontram todas elencadas e reguladas no CSC.

Assim sendo, na nossa legislação societária, não existe uma definição base para o conceito de informação na sua conceção da palavra, pelo que o critério é amplo e de diversas interpretações. Para o Doutor Jorge Ferreira Sinde Monteiro a informação é considerada como “ (...) exposição de uma dada exposição de facto, verse ela sobre pessoas, coisas, ou qualquer outra relação. Diferentemente do conselho e da recomendação, a pura informação esgota-se na comunicação de factos objetivos” <sup>8</sup>.

A definição que parece melhor demonstrar o conceito de informação societária, é aquela fornecida pelo Professor Doutor Paulo Olavo Cunha em que “informação significa ter acesso a um certo conhecimento, isto é, ao conhecimento pertinente da própria vida social” <sup>9</sup>. Neste último conceito, subentende-se não apenas o direito ao conhecimento da vida societária, mas o direito de acesso a esse mesmo conhecimento.

Foi também entendimento, por parte do Professor Doutor Raúl Ventura, a opinião de que “informação, na linguagem corrente, tanto significa o conhecimento de um facto em si mesmo, como o meio por que um sujeito chega ao conhecimento de facto. O conhecimento de um facto pode ser obtido por um de três meios: autoria do facto, percepção direta de facto alheio, meios de conhecimento histórico de facto alheio.

Pelo menos para o efeito agora considerado, o conhecimento pela autoria do facto não é informação” <sup>10</sup>.

Poderemos considerar o direito à informação, em termos societários, como o direito inerente á esfera jurídica dos sócios, independentemente do tipo de sociedade em que se encontra inserido, com a finalidade de conhecer e contribuir para uma vida societária

---

<sup>7</sup> Vd. “O Direito Das Sociedades em Revista”, Março 2011, Ano 2, Vol. 5, Semestral, Almedina

<sup>8</sup> Jorge Ferreira Sinde Monteiro, Responsabilidade por Conselhos, Recomendações ou Informações, Coimbra, Almedina, 1989, págs. 14-15

<sup>9</sup> Vd. Paulo Olavo Cunha, Direito das Sociedades Comerciais, 4.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2010, pág. 325

<sup>10</sup> CF. Sociedades por quotas, volume I, 2.ª Edição, Raúl Ventura, Coimbra, Almedina, 1989, pág. 280

mais eficaz e transparente, não apenas para si, mas para toda a coletividade de sócios que a compõem.

Antes de serem focados com maior pormenor os regimes dos vários tipos societários, partiremos da norma geral sediada no art.º 21.º do CSC, mais concretamente nas suas alíneas b) e c).

A norma supramencionada encontra-se na Secção II – Obrigações e direitos dos sócios e na Subsecção I – Obrigações e direitos dos sócios em geral, sendo considerada como uma norma de enquadramento, estruturante e programática.

Como consta da alínea b), do número 1, do art.º 21.º, todos os sócios têm direito a participar nas deliberações dos sócios, isto é, o direito a colocar questões, a discutir uma multiplicidade de temas em assembleia geral, utilizar a palavra para o exercício do direito, que lhe assiste, e a possibilidade de votar. Um sócio, ao ser impedido de falar ou de se exprimir numa assembleia geral, está-lhe claramente a ser coartado e violado o seu direito participativo.

Existem assim, vários tipos de informação: pública (aquela que é divulgada e disponibilizada a todos os interessados, independentemente de deterem ou não a qualidade de sócios do próprio funcionamento da sociedade), reservada (trata-se de uma informação que apenas é disponibilizada aos sócios participantes na sociedade, onde não é possível a sua divulgação ao público em geral), qualificada (esta informação é acessível aos acionistas que detenham pelo menos 10% do capital social, independentemente da participação ser de um só acionista ou de vários ao mesmo tempo, artº 291º, número 1. É também alcançável pelos sócios das SPQ, como refere o número 1 do art.º 291.º. Esta informação é uma informação de carácter geral, podendo abranger uma multiplicidade de assuntos e apenas poderá ser recusada quando, não concomitantemente, se verificarem os seguintes requisitos enunciados pelo artº 291º, nº 4: seja de recear que a informação seja utilizada para fins estranhos à sociedade (alínea a), quando a sua divulgação possa prejudicar a sociedade ou os próprios acionistas (alínea b) e quando exista uma clara violação do segredo por imposição legal (alínea c) e por fim poderá ser secreta (informação que devido à sua confidencialidade e ao seu carácter, profissionalmente sigiloso, não pode ser, em caso algum, prestada) <sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Vd. António Menezes Cordeiro, Código das Sociedades Comerciais Anotado, 2.ª Edição, 2012, Almedina, pág. 143-144

A realidade subjacente aos vários tipos de informação existentes tem como função o alcance do mesmo resultado, ou seja, a obtenção de informações por parte da sociedade. Mas temos de ter em atenção que a informação pública acarreta diferenciações em relação aos restantes. Ou seja, uma informação quando é tornada pública, não se está a ter em conta a qualidade de sócio, pois o conteúdo da informação disponibilizada versa um vasto número de recetores.

Deste modo, o sócio adquire o conhecimento da informação prestada pela sociedade, não por pertencer à mesma, mas porque esta é divulgada a uma multiplicidade de indivíduos. Já nas outras (reservada, qualificada e secreta), a sua aquisição está inerente à qualidade de sócio, devendo ser prestada pela sociedade, independentemente do sócio a poder solicitar <sup>12</sup>.

Podemos afirmar que o direito à informação pode ser considerado, simultaneamente, um direito individual e universal. É individual, porque está inerente a cada sócio, na sua individualidade enquanto sujeito único, sem que esteja adstrito a outros indivíduos. Universal, uma vez que visa não apenas o sócio como pessoa singular, mas a globalidade dos sócios, sem que seja tido em conta a percentagem da participação social. Isto é, a informação tanto é prestada aos sócios que detenham 3% do capital social, como aos sócios que detenham 20%, apesar de, em determinados casos, essa “fatia” do capital social ser importante para o alcance de determinadas informações.

Sendo o direito à informação, um direito inerente à qualidade de sócio, pode-se colocar a possibilidade de não utilização por parte do mesmo?

Encontramos assim duas situações que importa salientar sobre esta temática: em primeiro lugar se pelo seu livre arbítrio, pode o sócio abdicar deste direito, e, em segundo lugar, se a própria sociedade pode dispensar esse mesmo direito <sup>13</sup>.

Em relação à primeira questão, um sócio pode efetivamente lançar mão desse direito, podendo não solicitar a informação, em falta, que poderia influenciar a sua decisão acerca de determinado assunto, omitindo a necessidade de a obter.

No segundo caso, a sociedade pode não fazer prestar a informação aos sócios, podendo estes optar pela não reação a esta falta por parte da sociedade.

---

<sup>12</sup> Cf. João Labareda, Problemas do direito das sociedades, Almedina, pág. 120

<sup>13</sup> Trata-se de uma questão que tem suscitado dúvidas na doutrina, uma vez que se trata de um direito consagrado pela CRP

Portanto, estas duas questões encontram-se diretamente relacionadas, uma vez que a apatia dos sócios em recolher as informações necessárias, influencia a falta de informação prestada pela sociedade, pois não existe reação, do sócio, para utilizar os mecanismos que legalmente estão à sua disposição para se manterem devidamente informados sobre a vida societária.

Para que uma sociedade seja considerada “saudável” tem de existir uma cooperação ativa entre os sócios e a própria sociedade. Como sugere o Doutor João Labareda “o direito à informação não pode estar sujeito ao livre jogo dos interesses dos sócios e dos órgãos sociais, e menos ainda aos humores de uns e outros, impondo-se-lhes, como um instrumento que, servindo, embora, imediatamente, os sócios está vocacionado para facilitar a melhor consecução dos objetivos da própria sociedade”<sup>14</sup>.

Concordo plenamente com esta citação feita, uma vez que a prossecução da vida societária é mais importante do que meros “amuos” dos sócios, prejudicando, desta forma, todo o processo que vai desde a informação que é prestada até à sua receção.

O direito à informação permite aos sócios, de forma consciente e munidos de todo o conhecimento necessário, o exercício de outros direitos que se encontram inerentes a este, nomeadamente a utilização de mecanismos à sua disposição para o exercício de ações de responsabilidade contra determinados órgãos societários, a obtenção e partilha de lucros e o direito ao exercício de voto (este ao ser exercido, é necessário que seja utilizado de forma séria e informada).

Neste sentido e, segundo o Professor Doutor António Menezes Cordeiro <sup>15</sup> “O direito à informação é um elemento estrutural do *status* do sócio”, ou seja, é um elemento que se encontra na sua esfera enquanto sócio e é um direito fundamental para ser denominado como tal.

Como supramencionado, com o apontamento do Professor Doutor António Menezes Cordeiro, o direito à informação faz parte da esfera jurídica de cada sócio na sua pessoalidade, mas também na sua coletividade, ou seja, também designada por assembleia dos sócios e que, apesar de ser considerado como o órgão com maior relevância dentro da sociedade, não quer dizer que os sócios, aí participantes, sejam detentores de todos os direitos.

Na esfera jurídica desta “coletividade de sócios”, apenas se encontram os direitos com maior relevância e com maior peso na vida das sociedades comerciais.

---

<sup>14</sup> Vd. João Labareda, Problemas do direito das sociedades, Almedina, pág.134

<sup>15</sup> Cf. António Menezes Cordeiro, Código das Sociedades Comerciais, 2ª Edição, 2012, Almedina

Os sócios têm a competência para eleger os órgãos de fiscalização e de gestão, bem como a capacidade para deliberação sobre as contas da sociedade, seja de forma direta ou indireta.

É considerada direta, quando são os próprios sócios a deliberar sobre assuntos em concreto e, de forma indireta, quando os próprios elegem determinados órgãos para deliberarem sobre assuntos que, pela sua especificidade, carecem de pessoas qualificadas para a sua resolução.

Destarte, apesar de não terem uma competência absoluta, em último caso, como última palavra, é aos sócios que pertence. Mas estamos a observar do ponto de vista teórico, pois na prática nem sempre assim sucede, cabendo aos órgãos de gestão e fiscalização as tomadas de decisões que deveriam ser analisados pelos sócios, por estes se encontrarem muitas vezes desenquadrados ou alheados da vida societária <sup>16</sup>.

### 2.2.1 Nas Sociedades em Nome Coletivo

O regime do direito à informação nas SNC é muito idêntico ao que se verifica nas SQ, uma vez que o seu regime geral é remetido para as SQ, ao contrário no que verifica nas SA, que serão mais à frente analisadas, não existe uma multiplicidade de sócios em que o direito à informação poderia ser limitado.

Aqui, os sócios participantes, apesar de abrangerem a qualidade de sócios são também gerentes, como consta do nº 1, do artº 191º do CSC em que “são gerentes todos os sócios”.

Como em todos os tipos societários e, em concreto nas SNC, a informação prestada deverá ser uma informação verdadeira, completa e elucidativa e poderá ser prestada a pedido dos sócios, de forma escrita ou verbal (nº 1 do artº 181º do CSC), têm o direito a solicitar informações sobre os atos já praticados ou que ainda virão a ser (nº 2), a consulta de documentos, livros ou escrituração deve ser prestada aos sócios pessoalmente (nº 3) e ao sócio existe também a faculdade de inspecionar os bens sociais (nº 4). A consulta dos livros e escrituração da sociedade pode ser feita por um Revisor Oficial de Contas (ROC), constante no nº 3, do artº 181º do CSC.

---

<sup>16</sup> Sobre a competência deliberativa dos sócios, “Estudos de Direito das Sociedades”, Pedro Maia; Maria Elisabete Ramos; Alexandre Soveral Martins; Paulo de Tarso Domingues; J.M. Coutinho de Abreu (Coordenação), 9.ª Edição, Almedina



Sobre a falta de informação prestada aos sócios, os procedimentos serão abordados, em sede própria.

### 2.2.2 Sociedades Por Quotas

O direito à informação nas SPQ encontra-se estatuído nos artsº 214.º e ss do CSC. A informação nas SPQ, nem sempre tinha referências expressas, uma vez que a Lei das Sociedades por Quotas de 1901, tinha a sua expressão nos artºs 118º e 119º do CCom. Existiu assim a necessidade de criar um regime onde se pudesse enquadrar os gerentes que não tivessem acumulado a qualidade de sócios.

Nos anteprojetos de Ferrer Correia, Raúl Ventura e Vaz Serra, o artº 235º, nº 1 do Projeto, corresponde ao atual artº 214º, nº 1, relatando que as informações eram prestadas a “qualquer sócio não gerente” e que existiam gerentes que o são, só de nome ou que são interditos, por outros, ao acesso às informações, desaparecendo do atual artº 214º CSC.

No primeiro caso, não existiu uma consistência jurídica para inserir a expressão “não gerente”, por se considerar deveras inapropriado, uma vez que apenas faz sentido os gerentes informarem os sócios e não os gerentes informarem os sócios-gerentes, pois estavam a ser prestadas informações a si próprios.

Em relação ao segundo caso, o Professor Doutor Raúl Ventura salienta que os gerentes que o são só de nome, cuja informação não seja prestada pelos outros gerentes, os mecanismos, à disposição destes, para a obtenção de informações são muito mais eficazes e válidos, do que aqueles que são proporcionados aos sócios <sup>17</sup>.

Assim, a informação deve ser prestada pelos gerentes a qualquer sócio que o requeira, ou não, sem que a participação social de cada sócio influencie, de forma positiva ou negativa, não beneficiando ou prejudicando o mesmo, por apresentar um capital social mais elevado, nem por apresentar uma participação mais diminuta.

O direito à obtenção de informações consiste na possibilidade de solicitar ao órgão competente, no caso das SQ, aos gerentes, factos que integrem a gestão e a vida da sociedade em que estão inseridos, isto é, a possibilidade que todos os sócios gozam de

---

<sup>17</sup> Vd. Pinto Furtado em “Deliberações dos sócios”, comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Almedina, pág.409

obter informações sobre assuntos relativos à mesma <sup>18</sup>. Como sustenta o Professor Doutor António Menezes Cordeiro “O direito abstrato é, tecnicamente, um direito potestativo de pedir informações, cujo exercício faz surgir um direito de crédito à informação pedida, perante ele, a sociedade, através do gerente, fica adstrita a uma prestação de *facere*: a de prestar a informação”.

Esta informação que deve ser prestada, é idêntica, se não muito próxima, à informação prestada nas SNC, devendo ser uma informação relevante para um conhecimento mais esclarecido sobre a vida societária, onde se inclui a consulta da escrituração, dos documentos e dos livros (nº 1 do artº 214º CSC) e a inspeção dos bens sociais, regulado no nº 4, do artº 214º.

Estes direitos são irrenunciáveis mas prescindíveis, como já observado anteriormente, são inerentes à participação dos sócios, dentro da sociedade, mas também inderrogáveis, pois não são suscetíveis de serem suprimidos pela mesma.

Não nos podemos esquecer que a informação, para ser corretamente fornecida, deverá, como já tivemos oportunidade de retratar nas SNC, de forma muito superficial, ser verdadeira, completa e elucidativa.

Uma informação é verdadeira se for fornecida ou prestada de modo transparente, sem qualquer tipo de adulteração, aos sócios. É completa quando contém todos os elementos necessários para corresponder a toda a plenitude da solicitação do sócio. E é considerada elucidativa quando remove ou esclarece as dúvidas ou o desconhecimento acerca de factos ou justificações para a sua prática <sup>19</sup>.

Só assim, e verificados cumulativamente estes três requisitos, poderemos atestar que estamos perante uma real informação. Mas não se verificando a prestação de informação aos sócios, ou quando essa informação lhes seja recusada, existem mecanismos legais que se encontram à disposição para poder valer os seus direitos, possibilitando assim o recurso ao inquérito judicial.

Vejamos assim, como exemplo, o Acórdão da Relação de Lisboa de 28-02-2012, Processo nº 311/03.3TYLSB.L1-7, Relator: Graça Amaral.

As partes deste processo são: A (Requerente e sócio gerente) e B e C, Lda. (Requeridos), sendo B (Requerida e sócia gerente em conjunto com A) e C (Sociedade Comercial).

---

<sup>18</sup> Cf. Código das Sociedades Comerciais em Comentário, volume III, Jorge M. Coutinho de Abreu, pág. 295

<sup>19</sup> Cf. Acórdão do STJ de 16-03-2001, Proc. N.º 156/08.3TBOAZ, Relator: Oliveira Vasconcelos

O requerente vem solicitar que seja instaurado, um inquérito judicial para a obtenção de todas as informações relativas à sociedade e a apreensão de todos os documentos pertencentes, à mesma.

Apresenta como fundamentos: impossibilidade de acesso a quaisquer informações sobre a sociedade, não obstante ser sócio gerente da mesma, em conjunto com a 1.<sup>a</sup> requerida (B), uma vez que esta o impede de aceder à sede da sociedade, negando-lhe, de forma sistemática, a prestação de qualquer tipo de informação. É relatado também que, o requerente é sócio gerente da sociedade, sendo que na prática se encontra afastado dessas funções desde 30 de Novembro de 1999, não tendo qualquer participação na sua gestão corrente desde essa data, uma vez que a sócia assumiu sozinha a gerência.

A requerida (B) vem alegar que o requerente, ao propor esta ação, atua de má-fé agindo com abuso de direito, afastando, de forma dolosa, a possibilidade de defesa por parte da sociedade, pois sendo pessoa jurídica não tem representante legal, pois tal representação cabe ao requerente e à requerida.

Como forma de argumentação, entende que o objeto, do direito à informação, é a gestão da sociedade, alegando que o sujeito ativo é o sócio não gerente. Não apresenta coerência lógica ser um sócio gerente, autor de um pedido de informação e, ser igualmente, responsável por prestar essa mesma informação.

Ainda como argumento, refere que os artºs 1479º do Código de Processo Civil (CPC) e o artº 216º do CSC, só possibilitam o sócio não gerente de requerer inquérito judicial à sociedade.

Os argumentos do requerente foram apreciados pelo Tribunal de 1.<sup>a</sup> Instância e indeferidos, tendo por base as seguintes convicções: a existência de uma tutela própria, isto é, a investidura de cargo social, disposto no artº 1500º do CPC, e que existe um tratamento desajustado entre gerentes e o recurso ao inquérito judicial.<sup>20</sup>

Após o indeferimento do pedido, por parte do Tribunal de 1.<sup>a</sup> Instância, o requerente interpôs recurso para o Tribunal da Relação, onde apresentou os seguintes fundamentos: o sócio que cumulativamente ocupe o cargo de gerente, nos termos do artigo 216º do CSC, pode socorrer-se ao mecanismo do inquérito judicial, uma vez que a tese defendida pela decisão recorrida não parece aceitável, pois à luz da lei societária, em vigor, não é possível privar o sócio apenas porque este formalmente figura como gerente da própria sociedade.

---

<sup>20</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 311/03.3TYLSB.L1-7, 28-02-2012, Relator: Graça Amaral

Assim sendo, nos termos do artº 21º, alínea c) do CSC, todo o sócio tem o direito a obter informações sobre a vida da sociedade, nos termos da lei e do contrato.

Identicamente, o artº 214º do CSC alude a que os gerentes têm o dever de prestar “a qualquer sócio” uma informação verdadeira, completa e elucidativa sobre a gestão da sociedade. Nos casos em que cumulativamente, na mesma pessoa, esteja presente a qualidade de sócio e de gerente, não lhe deverá ser coartado a utilização do mecanismo de inquérito judicial, apenas por solicitar as informações que, por lei, lhe são devidas.

O Tribunal da Relação de Lisboa, após uma análise cuidada, refletiu e decidiu julgar procedente o recurso apresentado pelo requerente, revogando, logicamente, na minha modesta opinião, a decisão do Tribunal de 1.ª Instância.

A primeira questão, que se impõe colocar, é a seguinte: Como é que se deve proceder perante uma recusa de informação? Bem, uma informação sempre que não é voluntariamente prestada ao sócio, este, pode socorrer-se do mecanismo de inquérito judicial, regulado no artº 216º do CSC, surgindo como um instrumento para garantir a efetivação do direito à informação <sup>21</sup>. Este procedimento corresponde a um processo de jurisdição voluntária que vem regulado nos artºs 1479º a 1483º do CPC. A nossa legislação, do CPC, também tem competência, em conexão com o CSC, relativamente a esta matéria.

Conferida capacidade ao CPC, compete ao interessado, que possua legitimidade, alegar os factos que considere pertinentes para requerer inquérito judicial à sociedade, indicando os pontos de facto em que assenta a sua pretensão <sup>22</sup>. Um sujeito é parte legítima de um processo declarativo, quando possui um interesse direto, ou seja, quando é titular da relação material que é discutida no próprio processo (requerente).

A requerida goza de legitimidade passiva, uma vez que tem interesse direto em contradizer os factos apresentados pelo requerente <sup>23</sup>.

É assim, no artº 67º do CSC, que encontramos os trâmites do processo do inquérito, unicamente destinados a suprir a deliberação das contas e a sua falta de apresentação <sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Vd. “Direito das sociedades comerciais”, 3ª edição, Paulo Olavo Cunha, págs. 307 e 308

<sup>22</sup> Cf. Código do Código de Processo Civil, Volume II, Carlos Francisco de Oliveira Lopes de Rego, 2ª edição, 2004, pág. 329

<sup>23</sup> Cf. Dicionário Jurídico, Volume I, 5ª edição, Almedina, Ana Prata, pág.861;

<sup>24</sup> Código do Código de Processo Civil, Volume II, Carlos Francisco de Oliveira Lopes de Rego, 2ª edição, 2004, pág.329;

Mas para além do inquérito judicial tem ainda a possibilidade de requerer, enquanto gerente, nos termos do artº 1500º do CPC, a investidura de cargo social.

Este último artº, no seu nº 1, alude a que “ se a pessoa eleita ou nomeada para um cargo social for impedida de o exercer, pode requerer a investidura social, justificando por qualquer meio o seu direito ao cargo e indicando as pessoas a quem atribui a obstrução verificada” Mas uma coisa não se confunde com outra, uma vez que a investidura de cargos sociais, artºs 1500º e 1501º do CPC, não parecem ser o caminho mais viável para obter informações por parte de outros gerentes.

Basta observar a execução da decisão proferida no processo de investidura do cargo social e efetuar a comparação com todas as possibilidades que se abrem no inquérito judicial, regulado no CPC, mais concretamente nos artºs 1479º e ss<sup>25</sup>.

Para o Doutor Abílio Neto, o direito de requerer o instrumento do inquérito judicial é um direito que também assiste aos sócios gerentes de uma sociedade comercial e explica-se afirmando que “são numerosos os casos de gerentes que só o são de nome ou que são impedidos pelos outros gerentes do acesso às informações e aos livros e documentos da sociedade”<sup>26</sup>.

As situações de facto, apresentadas pelo Doutor Abílio Neto, constituem um dado adquirido, considerado como uma boa razão para entender que os sócios que acumulem o cargo de gerentes podem pedir a realização do inquérito, nos termos do nº 1, do artº 67º do CSC.

Pode-se colocar também a situação de quem detenha apenas o cargo de gerente, se encontre numa situação idêntica àquele que é sócio gerente.

Deste modo, a relação de gerente, a relação de sócio e a relação de sócio gerente, com a sociedade que representam, diferem entre si, contendo obrigações e direitos distintos entre elas<sup>27</sup>.

Na mesma linha de reflexão, temos um outro Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 10.10.2006, que entende a interpretação do artº 67º, nº 1 do CSC, cingindo-se

---

<sup>25</sup> “Código das Sociedades Comerciais em comentário, volume III, Almedina, Jorge M. Coutinho de Abreu, pág.297;

<sup>26</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 8185/2008-1, 18-03-2008, Relator: Alexandrina Branquinho, pág. 3

<sup>27</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 8185/2008-1, 18-03-2008, Relator: Alexandrina Branquinho, pág. 7.

apenas à letra da lei, como não existindo qualquer tipo de distinção entre sócios e sócios gerentes, adotando, o legislador, uma redação que não contempla essa diferenciação.

Estas linhas de pensamento, retratadas anteriormente, encontram-se em consonância com os fundamentos de recurso apresentados pelo requerente. Esses argumentos são de aplicação mais correta, ilustrando uma realidade que vai ao encontro da atual redação do CSC.

Existem autores, no entanto, que não partilham das opiniões anteriormente descritas e que defendem que os sócios gerentes não podem requerer o inquérito judicial.

Um dos autores, defensores desta opinião, é o Doutor Raúl Ventura que sustenta que o sujeito ativo da relação é o sócio não gerente, defendendo ainda que o sócio gerente não necessita deste direito, uma vez que a sua função dentro da sociedade envolve o poder de conhecer diretamente todos os factos sociais e tem pessoalmente, ao seu alcance, aquilo que o sócio não gerente necessita de obter, por meio daquele direito.

É ainda da opinião de que algum desacordo, entre gerentes, deve ser resolvido por outro tipo de processos, subentendendo-se que a forma correta é a investidura de cargo social.

Na mesma linha de pensamento, o Doutor Pinheiro Torres, refere que tem de existir uma tutela própria do direito do gerente de aceder à informação de que necessita<sup>28</sup>.

O Acórdão do STJ datado de 01.07.1997, alude a que um sócio de uma sociedade comercial que é gerente da mesma, querendo e devendo conhecer a situação em relação à vida societária, não tem legitimação para requerer inquérito judicial, no disposto do artº 214º do CSC, mas para requerer a investidura em cargo social, regulado nos artºs 1500º e 1501º do CPC<sup>29</sup>. O artº 214º do CSC é explícito quanto ao facto de o direito à informação elencado estar disponível a qualquer sócio.

Mas mais importante é o seguinte: pelo facto de acumular as funções de gerente, não deixa de ter intrínseco a qualidade de sócio.

Não existe assim, justificação para que o gerente sócio seja penalizado por ser gerente, uma compactação do seu direito à informação enquanto sócio<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 8185/2008-1, 18-03-2008, Relator: Alexandrina Branquinho, pág. 4;

<sup>29</sup> Código de Processo Civil Anotado, 22ª edição Actualizada, Novembro 2009, Abílio Neto “Advogado”, Ediforum Edições Jurídicas, Lda., pág. 1487;

<sup>30</sup> Código das Sociedades Comerciais em comentário, volume III, Almedina, Jorge M. Coutinho de Abreu, pág. 296

Pode-se apreender que, a letra da lei, não faz qualquer tipo de distinção entre o sócio e sócio gerente, e os artºs 67º, 214º e 216º, todos do CSC, apontam no sentido de que, caso o legislador quisesse essa mesma restrição, daquele direito, ao sócio gerente, a mesma teria de estar explícita nos respetivos normativos<sup>31</sup>.

De volta à análise do acórdão, outro facto apresentado pelo requerente é a impossibilidade de aceder à sede da sociedade, para conhecimento da sua escrituração.

Bom, a consulta da escrituração de documentos ou livros da sociedade necessita, sempre, de ser presencial, isto é, como o próprio nome indicada, carece da deslocação dos sócios à sede.

Nos termos do nº 4, do artigo 214º do CSC: “A consulta da escrituração, livros ou documentos deve ser feita pessoalmente pelo sócio, que pode fazer-se assistir por um ROC ou de outro perito (...)”. Ou seja, o sócio não se pode fazer representar por outrem no exercício deste direito.

No acórdão, em análise, é referido que o requerente é sócio gerente da sociedade, mas na prática encontra-se afastado dessas funções. A distinção que existe entre o direito à informação relativa ao sócio gerente da SPQ, que não exerce de facto as suas funções de gerência, em cumprimento face ao acordo societário instituído, com outra sócia gerente, que passa a ter a exclusividade de gerente de facto e o direito ao acesso à informação, não tem qualquer tipo de apoio legal.

Assim, o requerente e sócio gerente de direito, tem o direito, passando novamente a redundância, a exigir da 1.ª requerida (gerente de facto e de direito) todas as informações que se julguem convenientes e pertinentes acerca da gestão da sociedade em questão e, caso exista recusa, o requerente pode socorrer-se do mecanismo já enunciado, o inquérito judicial.

É possível assim garantir que, de acordo com o conteúdo do Acórdão da Relação de Lisboa datado de 18.11.2008, existe carência de razoabilidade que ao sócio gerente se reconheça aquele que é considerado um direito maior, o chamado direito à informação, e lhe seja recusado o exercício do direito menor, isto é, o direito à prestação de informação. Ainda mais carecidos de razoabilidade, podemos conferir que a norma legal, artº 67º, nº 1 do CSC, adota na letra da lei uma não distinção entre os sócios gerentes, daqueles que apenas são sócios<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 311/03.TYLSB.L1-7, 28-02-2012, Relator: Graça Amaral, pág. 7.

<sup>32</sup> Cf. Regime Jurídico das Sociedades por Quotas, Anotado, Almedina, Hélder Quintas, págs. 149 e 150

Elencados os argumentos que possibilitam o recurso a inquérito judicial, por parte do sócio gerente, o juiz, nos termos do n.º 2, art.º 292.º do CSC, pode exigir que a informação, em falta ou recusada quando não deveria ter sido, seja prestada. Para além dessa possibilidade, pode ainda ordenar a destituição dos responsáveis e a consequente nomeação de um administrador e até mesmo a dissolução da sociedade, caso se comprovem os factos alegados pelo requerente do processo<sup>33</sup>.

Os responsáveis, pela recusa de informação ou a prestação de informações incorretas, como era de prever, não gozarão da mesma credibilidade para voltar a desempenhar as suas funções, tendo por isso o Tribunal depositado todas as suas expectativas no administrador, por si nomeado<sup>34</sup>.

No n.º 6, do art.º 292.º do CSC, surge a possibilidade da utilização do recurso ao inquérito judicial, sem precedência do pedido de informação, caso exista uma presunção de que esta não será prestada ao sócio, o que será sempre deveras difícil de comprovar<sup>35</sup>.

### 2.2.3 Sociedades Anónimas

O regime jurídico das SA encontra-se regulado nos art.ºs 271.º e ss do CSC. O direito à informação, neste tipo societário, está elencado nos art.ºs 288.º e ss do CSC. Como já tivemos oportunidade de analisar, nas SA, existe uma maior distanciação entre o sócio e a sociedade, apresentando, muitas vezes, uma quantidade de sócios avultada. Além disto, também a própria imaterialidade das situações faz com que este tipo societário seja aquele que mais necessite do direito à informação.

O legislador, no CSC, pretendeu que o direito à informação, dos acionistas, tivesse em atenção e agisse com maior prudência, pois a informação prestada pode gerar risco para a própria sociedade, colocada à disposição de inúmeros sócios, ao contrário do que se verifica nas SNC e SQ, que já foram objeto de estudo neste trabalho.

O nosso CSC enumera 4 (quatro) tipos de direitos existentes disponíveis para os acionistas: art.º 288.º (Direito mínimo à informação), art.º 289.º (informações preparatórias da assembleia geral), art.º 290.º (informações em assembleia geral) e art.º 291.º (direito

---

<sup>33</sup> Vd. Código das Sociedades Comerciais anotado, Coordenação: António Menezes Cordeiro, 2ª edição, Almedina, pág. 837

<sup>34</sup> Manual de direito das sociedades, volume II, Das sociedades em especial, 2ª edição, Almedina, 2007, pág. 597

<sup>35</sup> Cf. Código das Sociedades Comerciais anotado, Coordenação: António Menezes Cordeiro, 2ª edição, Almedina, pág. 836



coletivo à informação). Estes quatro tipos de informação à disposição dos sócios, nas SA, e nos outros tipos societários, são considerados limitados, uma vez que a informação prestada tem de obedecer a critérios definidos por lei.

Os artºs, acima enunciados, encontram-se regulamentados em função dos acessos atribuídos aos próprios sócios. Como esclarece o Professor Doutor António Menezes Cordeiro “pública (registo comercial e publicações); reservada, só a sócios, incluindo o direito mínimo (289.º) e as informações preparatórias da assembleia geral (290.º); qualificada (“direito coletivo”, do 291.º); secreta (não pode ser dada: 291.º/4)”<sup>36</sup>.

Em relação ao artº 288º, a lei esclarece que podem ser solicitados elementos mínimos à informação, a qualquer acionista que possua ações de pelo menos 1% do capital social.

Face ao exposto, pode-se então colocar, com pertinência a seguinte questão, com base no enunciado no artº 288º: Poderá ser considerado apenas um direito individual de um acionista ou poderá ser simultaneamente um direito coletivo de um conjunto agregado de acionistas? Para o Doutor Raúl Ventura faz mais sentido a segunda parte da questão, uma vez que para este “Se é admissível por motivos de conveniência prática que o chamado “direito mínimo à informação” não possa ser exercido por quem possua muito pequeno número de ações (...) não se vê motivo para obstar ao exercício desde que se reúna a requerida percentagem mínima de capital, embora pertencente a vários acionistas”<sup>37</sup>.

Partilho da opinião apresentada pelo Doutor Raúl Ventura, pois na letra da lei não existe qualquer referência a essa possibilidade, havendo assim, a faculdade de um agrupamento de sócios se poderem enquadrar nesta norma.

Ainda no seguimento deste raciocínio, outro requisito para a obtenção de elementos mínimos à informação é a presença de um motivo justificado, como sugere o nº 1, do artº 288º CSC, introduzido pelo Decreto-Lei 280/87, de 8 de Julho, de modo a que a informação solicitada fosse requerida de um modo mais regrado.

Esta informação deve ser analisada com um sentido *lato sensu*, uma vez que o acionista, antes de ser assim denominado, é um sócio e, tendo a qualidade de sócio, tem motivos mais que justificados para que lhe sejam fornecidos os elementos indispensáveis para tomada de decisões de uma forma elucidada e fundamentada.

---

<sup>36</sup> Cf. António Menezes Cordeiro, Código das Sociedades Comerciais, 2ª Edição, 2012, Almedina, pág. 825

<sup>37</sup> Vd. Novos Estudos sobre Sociedades Anónimas e Sociedades em Nome Colectivo, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Almedina, pág. 135

Na opinião, deveras pertinente, do Professor Doutor António Menezes Cordeiro “A exigência do motivo justificado deve ser vista pela negativa: as informações não são consultáveis se já tiverem sido remetidas ao interessado ou se este tiver exercido recentemente esse direito”. A sociedade deve assim prestar aos sócios informações como: o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas (alínea a), as convocatórias, as atas e as listas de presença das reuniões das Assembleias Gerais. Estas matérias, disponíveis aos sócios e elencadas no artº 288º, nº 1, alíneas a) e b) serão analisadas, em sede própria, no decorrer deste trabalho, com maior detalhe.

O artº 289º retrata as informações que devem ser prestadas antes de uma Assembleia Geral. Neste caso, a participação social de cada sócio não é relevante, uma vez não existe qualquer tipo de menção a uma percentagem mínima para o acesso a estas informações, ao contrário do que sucede com o artº anterior, devidamente exposto e comentado.

A par do artº 288º, o artº 289º CSC também versa sobre consulta de informações, por parte dos acionistas antes da reunião, em Assembleia Geral.

Destarte, as informações não são apenas solicitadas em Assembleia, mas também antecipadamente, mais concretamente, nos 15 dias que antecedem à mesma, procedendo-se à consulta dos documentos nas instalações da sociedade (nº 1, artº 289º CSC).

Estas informações encontram-se elencadas nas alíneas a) a e), nomeadamente os nomes completos dos membros dos órgãos que compõem a sociedade (alínea a), outras sociedades que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais (alínea b), as propostas de deliberação a apresentar à assembleia pelo órgão de fiscalização (alínea c), a eleição de membros dos órgãos sociais (alínea d) e quando se trate da Assembleia Geral anual (alínea e).

As alíneas a), b) e c), dizem todas respeito a assembleias, a alínea d) referente a assembleias onde possam ser eleitos novos órgãos sociais e a alínea e) regula as Assembleias Gerais anuais.

Relativamente à alínea d), a consulta dos nomes e das qualificações profissionais dos candidatos tem por finalidade, munir os sócios acionistas de todas as informações que consigam acumular, facilitando deste modo a eleição de elementos com sentido de responsabilidade e com conhecimento necessário.

A lei apenas atribui, como obrigatórias, as informações constantes nos artºs, mas serão estas informações as adequadas e completas a facultar aos sócios?

Pensa-se que poderiam ser facultadas outras informações, para além destas, nomeadamente, na opinião do Doutor Raúl Ventura “ (...) a nacionalidade, a idade, o domicílio, as relações de família com outros administradores ou diretores; quanto aos dados profissionais, os motivos de cessação de funções noutras empresas ou sociedades”. Não partilho da mesma opinião, na sua globalidade, não vendo motivo concreto e necessário, por exemplo, para serem facultados todos estes dados, pois muitos deles são de carácter pessoal e escusados para o efeito.

Vejo sim, a necessidade de serem facultados, aos sócios, alguma da informação enunciada pelo Doutor Raúl Ventura, mais concretamente, informações que possam ter a ver com a sua competência para exercer funções dentro da sociedade (as relações de família com outros administradores ou diretores e os motivos que levaram essas pessoas a cessar funções noutras empresas ou sociedades).

Pois, o objetivo que aqui se pretende atingir é a escolha de elementos que tragam uma mais-valia à sociedade e em quem os acionistas possam confiar as suas decisões e a própria administração, uma vez que, como já estamos “cansados” de saber, é neste tipo societário que as informações mais fazem sentido, pela distância que muitas vezes se observam dos acionistas, entre eles e com a sociedade em que estão inseridos.

O terceiro tipo de informação é o enunciado pelo artº 290º (Informações em Assembleia Geral). Neste caso, a informação é prestada a qualquer acionista que o requeira, independentemente do seu capital social. Como refere a primeira parte do nº 2, do presente artº, estas informações apenas poderão ser prestadas pelo órgão competente da sociedade, mais precisamente, ao presidente do órgão de administração ou a um administrador indicado pelo próprio.

O interesse reside nas relações que a sociedade tem com outras sociedades, com elas coligadas. Este pedido de informação é considerado limitado, como em muitos outros que já observámos. Nestes termos, a informação deve ser proporcional ao interesse que cada sócio tem para fundamentar, de forma acertada, a sua opinião. Nesta norma, é imprescindível que a proposta seja apresentada, em primeiro lugar, uma vez que é esta que vai influenciar o objeto da deliberação.

A última parte do n° 1, do art° supramencionado, tem como interpretação o seguinte: “as informações não respeitam a assuntos internos das outras sociedades, mas apenas às relações entre a sociedade cuja assembleia está reunida, e outras sociedades, é só sociedades coligadas com aquela, segundo a respetiva definição legal”<sup>38</sup>.

Finalizando, no art° 291° CSC (Direito coletivo à informação), as informações devem ser prestadas aos acionistas que detenham uma percentagem de 10% do capital social, mas neste normativo, não está explícito que a informação deva ser prestada apenas a uma coletividade de sócios, isto é, a um agrupamento de sócios que em conjunto perfaçam 10%. Existe assim a possibilidade de um sócio, que acumule esta percentagem, poder solicitar tais informações, assim é a opinião do Doutor Raúl Ventura.

Neste caso, as informações solicitadas deverão ser, como refere os n°s 1 e 2, do art° 291°, remetidas aos órgão de administração, isto para evitar que o pedido destas mesmas informações possam ser dispersadas pelos diversos órgãos existentes dentro da sociedade comercial. Também o n° 1 alude a que as informações devam ser prestadas por escrito a quem as requeira.

As informações podem ser declinadas, nos termos em que se verifiquem determinados requisitos, não cumulativos, como sugere o n° 4: quando a informação possa vir a ser usada para fins estranhos à sociedade (alínea a), quando a sua divulgação possa comprometer, de forma saliente, os acionistas ou a própria sociedade (alínea b) ou quando exista a violação de segredo imposta por lei (alínea c).

### 3 As Sociedades Anónimas

#### 3.1 Breves notas sobre os regimes jurídicos que influenciaram o sistema jurídico português

O sistema jurídico português, ao longo dos tempos, observou a influência de outros sistemas, ou de outros ordenamentos jurídicos estrangeiros.

---

<sup>38</sup> Como sustenta Raúl Ventura, *Novos Estudos sobre Sociedades Anónimas e Sociedades em Nome Colectivo*, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Almedina, pág. 145

Ao longo deste ponto, iremos abordar os ordenamentos jurídicos que se consideram ser os mais pertinentes ou os mais próximos para o tema em estudo, sendo eles: o direito americano, o direito inglês, o direito alemão e o direito espanhol, apresentando os pontos mais pertinentes, em termos de legislação e não como comparação exaustiva entre eles.

Principiando, pela ordem acima definida, abordaremos, de forma algo sucinta, o sistema americano e o sistema inglês. No que diz respeito ao direito à informação por parte dos acionistas, pretendemo-nos focar em aspetos paralelos dos regimes jurídicos.

O sistema americano tem uma grande importância, uma vez que existe um número significativo de sociedades que se encontram cotadas, principalmente no direito dos valores mobiliários. Assim sendo, e como refere a Doutora Sofia Branco “o direito americano centrou-se essencialmente na publicidade informativa marcando a sua originalidade pela disponibilização ao público de informação bastante pormenorizada relativamente às sociedades”<sup>39</sup>.

Como é sabido, existiu nos Estados Unidos da América (EUA), o chamado *Crash* de 1929 que afetou, e muito, as sociedades anónimas que se encontravam cotadas em bolsa. Para que houvesse um sistema transparente, foi criado no período entre 1933 e 1934 os chamados *Securities Exchange Acts*, isto é, foi um mecanismo criado, pelo sistema americano, que tinha como principal objetivo a difusão de uma informação clara e perceptível, não só para os próprios acionistas, como também para o público em geral, fornecendo ainda a intervenção de auditorias dentro das sociedades anónimas, aos seus documentos, resultando assim numa fiscalização mais ampla no âmbito societário.

Só que esta tentativa, de fiscalização mais apertada, não surtiu grande efeito, uma vez que se verificou a existência de vantagens injustificadas por parte de alguns auditores.

Esta implementação não resultou como planeado, sendo criado posteriormente o designado por *Sarbanes – Oxley Act* de 2002, dando uma maior responsabilidade aos próprios administradores para que usufríssem de uma maior eficácia, na fiscalização aos relatórios de gestão de contas.

O direito à informação, por parte dos acionistas, no âmbito das sociedades, apresenta uma maior extensão e a possibilidade na obtenção de informações da própria sociedade.

Assim, do sistema americano passamos para o sistema inglês.

---

<sup>39</sup> Cf. O Direito dos Accionistas à Informação, Sofia Ribeiro Branco, Almedina, pág. 101

No sistema inglês, também existia a preocupação de que as contas da sociedade fossem verificadas de forma clara e transparente.

Ao longo dos anos foram publicados diversos atos reguladores da informação das contas da sociedade, uma vez que as sociedades comerciais iam sendo “forçadas” a disponibilizarem, de uma forma mais sistemática, as suas contas e a gestão que era feita na sociedade, mas também era necessário saber quais os órgãos e quais os mecanismos utilizados para o cumprimento dos mesmos.

Estas informações eram enviadas para a chamada *Registrar of Companies* onde a informação passava a ser acessível à totalidade dos indivíduos, isto é, era uma forma de a tornar pública.

Também em Inglaterra, a informação foi classificada como prioritária. Mas essa informação prioritária tinha apenas regulamentação na informação que era prestada da sociedade para fora dela, não fornecendo imposições ou critérios de relevo da informação que era prestada dentro da SA.

Assim sendo, e uma vez que a informação era regulamentada essencialmente para o público em geral, os acionistas das sociedades anónimas obtinham a maior parte da informação, quando esta era prestada publicamente.

Podemos assim reconhecer que, tanto no direito americano, como no direito inglês, a preocupação do legislador foi a de criar mecanismos de disponibilização, de forma mais clara, transparente e credível possível, toda ou aquela informação que poderia ser prestada ao público, e não de forma direta ao acionista.

Deste modo, o direito americano e o direito inglês desempenharam, e continuam a desempenhar, um papel importante no que ao direito português diz respeito, nomeadamente em matéria de valores mobiliários, isto para as sociedades que se encontram cotadas em bolsa. Já no que respeita à informação prestada aos acionistas, no âmbito das sociedades anónimas portuguesas, não têm especial ligação <sup>40</sup>.

Centremo-nos agora nas legislações europeias, nomeadamente numa legislação com forte prestígio a nível europeu como mundial, ou seja, o direito alemão.

A *Aktiengesellschaft*, era uma sociedade anónima que, no seu início, foi concebida com o intuito de abranger apenas as empresas de maior dimensão. Mas, nos dias de hoje, já existe um âmbito alargado para todo o tipo de sociedades, independentemente do seu volume de negócios.

---

<sup>40</sup> Vd. Sofia Ribeiro Branco em, O Direito dos Accionistas à Informação, Almedina, págs. 105, 106 e 107

O regime jurídico das SA, na Alemanha, até à aprovação do *Aktiengesetz* de 1937, encontrava-se no Código de Comércio Alemão (CCA) de 1867, mais concretamente, no Livro Segundo.

Ainda falando da *Aktiengesetz* de 1937, esta teve aprovação a 30 de janeiro de 1937 e o regime vigente na época era deveras complicado, ratificada numa época histórica de autoritarismo.

O direito à informação encontrava-se regulado no artº 112º da lei acima descrita, onde se encontrava regulado que, em assembleia geral, todo o acionista tinha o direito prévio, de obter informações sobre a própria sociedade, desde que os assuntos estivessem diretamente relacionados com aqueles que iam ser analisados na própria assembleia geral de acionistas.

Mas por se tratar de um informação e de um direito amplo, a doutrina veio assim delimitar esse mesmo direito, onde apenas consideraria essa possibilidade se existisse um motivo justificado e legítimo, desde que esse interesse não colocasse, em tempo algum, o normal funcionamento da Assembleia Geral.

A *Aktiengesetz* de 1937 foi revogada e instituída uma nova *Aktiengesetz* de 1965 ou designada por Lei das Sociedades Anónimas Alemã. Nesta nova lei, verificou-se que o poder que era instituído à Assembleia Geral tinha transitado para outro órgão da sociedade, o chamado conselho de administração (*Vorstand* <sup>41</sup>).

A doutrina alemã, na sua maioria, é da opinião de que o direito à informação apresenta uma dupla face, ao que às Assembleias Gerais diz respeito. A primeira face desta informação é a de que esta deve ser solicitada, pelo acionista, apenas no contexto da assembleia. Já a segunda face está relacionada com uma informação que esteja enquadrada com a ordem do dia, com os assuntos atuais de maior relevância para ambas as partes interessadas, isto é, os acionistas e a sociedade.

Esta dupla face levanta duas questões de importância elevada e fundamental. Em primeiro lugar, pretende-se apurar se a formulação das informações por escrito, por parte do acionista, pode ser elaborada apenas no decorrer da Assembleia Geral, ou também, previamente, quando tem conhecimento do aviso convocatório. É uma questão relevante que a doutrina alemã não deixou passar, como já era de prever, e muito bem.

---

<sup>41</sup> É este órgão que avalia se os pedidos solicitados pelos accionistas devem ou não ser satisfeitos, uma vez que é também a ele que cumpre verificar se os requisitos se encontram cumulativamente reunidos.

Assim sendo, a maioria da doutrina, entende que efetivamente a informação solicitada, pelo acionista, pode ser apresentada antes de uma Assembleia Geral, mas esta solicitação, por escrito, deve ser anunciada oralmente durante a assembleia, sob pena de não ser considerada eficaz, uma vez que o primeiro pedido serve apenas como aviso prévio.

Em relação à informação solicitada apenas versar sobre a ordem do dia, esta passou a ser um requisito essencial, pelo facto de a legitimidade da informação recair sobre o acionista, porque é a este que pertence o ónus de justificar que essa mesma informação é de carácter essencial.

Esta necessidade é deveras complicada de provar, uma vez que o legislador alemão não regula quais os pedidos que são considerados fundamentais, tendo por base o critério do acionista médio.<sup>42</sup>

Poder-se-á concluir, com o que já foi exposto, que o direito dos acionistas é um direito apertado, no sentido de que, como analisámos anteriormente, a informação depende da ordem do dia, regulamentadas pelas próprias Assembleias Gerais.

Na observação da contraposição do direito alemão com o direito português, apenas como ponto de análise crítica e não exercendo nenhum tema de comparação, podemos constatar que no direito português a área de atuação é mais ampla face ao direito alemão, pois a solicitação de informação pode ser feita fora do âmbito das Assembleias Gerais.

No nosso ordenamento jurídico, para ser mais preciso, no nº4, do artº 291º (Direito coletivo à informação) do CSC, refere quais os motivos de recusa de informação.

Também o regime jurídico alemão regula os casos em que a informação pode ser recusada, nomeadamente no artº 131º, nº 3, da Lei das Sociedades Anónimas Alemã.

Esta contraposição, se assim poderemos designar, não se esgota neste ponto, uma vez que a consulta de documentos não parece ser a mesma entre os dois regimes. O ordenamento jurídico societário português prevê a possibilidade de os acionistas consultarem os documentos, mesmo que essa possibilidade possa ser limitada ao seu capital social, não se verificando essa possibilidade no ordenamento jurídico alemão.

No direito alemão não existe, como se constata em determinados casos, em Portugal, uma limitação do capital social necessário para aceder a certos tipos de informação, sendo considerado assim como um direito mais abrangente na sua área de aplicação.

---

<sup>42</sup> Como sugere Sofia Ribeiro Branco, O Direito dos accionistas à informação, Almedina, pág.114



Outro ordenamento jurídico relevante para esta matéria, é o espanhol. O regime jurídico espanhol, no âmbito societário do direito à informação, encontrava-se regulado no artº 185º do Código de Comércio Espanhol de 1885, em que os assuntos referentes à administração da sociedade não podiam ser acessíveis aos acionistas que a requeressem.

Para que essa informação lhes pudesse ser prestada, era necessário que estivesse regulamentado nos estatutos da própria sociedade. Assim sendo, como já era de esperar, existiu a necessidade da alteração desta norma, colocando a transparência e a clareza da própria sociedade em causa, pois os acionistas não poderiam decidir com conhecimento necessário para, com discernimento, tomarem determinada decisão.

Deste modo, surgiu uma nova legislação que veio revogar o Código Comercial de 1885, a Ley das Sociedades Anónimas Espanhola de 1951 que veio alterar, a meu ver para melhor, a forma como se olhava para os acionistas no âmbito informativo. A norma que até agora regulava o direito à informação era o artº 65º, onde se podia constatar essa mesma alteração, possibilitando aos acionistas, antes de uma assembleia geral, solicitar de forma escrita, a informação indispensável para uma participação de forma elucidativa mas que versasse sobre a ordem do dia, sendo que essa prestação de informação, por parte dos administradores, não poderia ser, em princípio, recusada.

Dir-se-á, em princípio, uma vez que a informação poderá não ser autorizada, desde que o interesse da sociedade pudesse ser posto em causa.

Mas neste caso, a recusa de informação muito tinha a ver com o capital social dos próprios acionistas, isto é, a informação não poderia ser recusada àqueles acionistas que detinham uma participação de 25% do capital social.

Outra matéria relevante é a consulta dos documentos da sociedade por parte dos acionistas, regulada nesta legislação, no artº 110º.

Como já tivemos oportunidade, anteriormente, de observar no início deste trabalho, o direito à informação é um direito que se encontra inerente ao sócio e que não deveria, em caso algum, ser posto em causa.<sup>43</sup>

A informação fornece ou estabelece maior transparência nas relações bilaterais entre os acionistas e a sociedade, aumentando assim a comunicação entre ambas as partes, para a obtenção de uma prossecução comum.

---

<sup>43</sup> Cf. O Direito dos Accionistas à Informação, Sofia Ribeiro Branco, Almedina

Passados 38 anos, a Ley das Sociedades Anónimas Espanhola de 1951 foi alterada dando lugar à Ley das Sociedades Anónimas Espanhola de 1989, passando a matéria do direito à informação a ser regulada no artº 112º.

O ordenamento jurídico Espanhol, em matéria de direito à informação, foi aprovado a Lei 26/2003 que alterou o artº mencionado.

Tal como se verifica na nossa legislação societária, também a legislação societária espanhola passou a prever, isoladamente, um regime independente para o direito à informação, regulado pela norma do artº 48º. Como foi analisado, de forma muito sucinta, o direito à informação que aqui se pretende regular é o direito à informação sobre as contas e os assuntos que serão analisados e debatidos, sobre os trabalhos que se encontrem na ordem do dia, no decorrer das Assembleias Gerais.

A informação prestada, previamente, às Assembleias Gerais, no artº 212º da Ley das Sociedades Anónimas Espanhola, permite que os acionistas possam consultar os documentos da sociedade, antecipadamente, sem que lhes seja excluída a possibilidade de questionar acerca desses mesmos documentos. Assim sendo, terão de invocar a norma do artº 112º.

A própria doutrina espanhola dividiu o direito à informação, analisando-o *stritu* e *lato sensu*. A informação, em sentido *lato sensu*, corresponde ao encargo que os administradores da sociedade têm, para com os acionistas, para elaborar documentos, nomeadamente ao que diz respeito às contas da própria sociedade. Para a maioria da doutrina, não é necessário que os acionistas requeiram a sua consulta, é sim necessário que os administradores coloquem, esses mesmos documentos, à disposição dos interessados.

Em *stritu sensu*, o interesse na informação terá de partir dos próprios acionistas e não dos administradores.

Apesar da análise, aos diversos ordenamentos jurídicos apresentados, ter sido feita de forma superficial, encontramos muitas semelhanças com o nosso ordenamento jurídico societário. O ordenamento que, possivelmente poderíamos melhor enquadrar no nosso sistema jurídico societário é o Alemão.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Vd. Sofia Ribeiro Branco, O Direito dos accionistas à informação, Almedina, págs.117,118,120 e 121 a 127

### 3.2 A falta de informação como fundamento de nulidade ou anulabilidade

E assim se chega ao cerne do trabalho, ou seja, saber se a informação que deveria ser prestada aos sócios é geradora de nulidade ou apenas de anulabilidade das próprias deliberações sociais.

Antes de mais, importa referir que uma determinada deliberação social se encontra viciada quando está em desarmonia com a própria lei, neste caso com o CSC, uma vez que é o regime societário que se está a ser analisado.

Assim sendo, e pegando na opinião do Doutor Henrique Salinas Monteiro “A invalidade é um valor negativo da deliberação social que afeta a possibilidade desta subsistir na ordem jurídica, em virtude da falta ou viciação de um seu pressuposto ou elemento, que ocorre no momento em que é tomada”, pelo facto de uma deliberação que contenha algum tipo de vício, não produza os seus efeitos, em pleno, dependendo dos interesses que possam estar em causa.

Numa deliberação social, quando o vício não tem apresenta uma gravidade considerada relevante, por assim dizer, essa mesma deliberação, à partida, produzirá efeitos, mas de forma insuficiente, sem plenitude. Ao contrário, quando uma deliberação social é afetada no seu conteúdo, de forma mais gravosa, esta deixa de produzir os seus efeitos logo no início, uma vez que os seus vícios não poderão vir a ser sanados.

A invalidade das deliberações sociais comporta duas modalidades, que vão ser analisadas no presente ponto, a nulidade e a anulabilidade. Em relação a estas duas modalidades, podemos iniciar com uma definição elaborada pelo Doutor Galvão Telles que nos diz que “o contrato nulo é um nado-morto; o contrato anulável um nado-vivo diminuído na sua vitalidade e ameaçado de morte”<sup>45</sup>.

É uma definição muito esclarecedora do proferido no início deste ponto, pois a nulidade não produz qualquer tipo de efeitos *ab initio*. A anulabilidade pode produzir efeitos, mas não na sua plenitude, independentemente de os vícios poderem a vir a ser sanados. Existem, igualmente, outros autores com uma opinião formada sobre este tema.

Donati refere que um negócio será considerado nulo “quando afeta um ou mais requisitos essenciais, comuns a todo o negócio, ou quando pelo seu conteúdo ou pela

---

<sup>45</sup> Galvão Telles em Manual dos Contratos em Geral, pág. 329

sua causa surge diretamente contra uma lei proibitiva, contra os bons costumes ou contra a ordem pública”<sup>46</sup>.

Deste modo, sugere o Doutor Giuseppe Romano-Pavoni que “o problema do fundamento da distinção entre a nulidade e a anulabilidade é unicamente de direito positivo: é apenas para identificar a relação da distinção para excluir, em caso de dúvida, se há alguma hipótese de nulidade ou anulação: por isso é útil realizar uma pesquisa para identificar os princípios segundo os quais a legislatura tem acredita ter que distinguir a sanção de nulidade da anuidade”<sup>47</sup>.

O nosso CSC consagra estas duas modalidades em regimes distintos. Mas a nossa legislação nem sempre foi assim, uma vez que o CC, no seu artº 146º, e a Lei das Sociedades por Quotas (LSQ), no seu artº 46º do ano de 1901, apenas regulava o regime das invalidades das deliberações sociais que eram compatíveis com a anulabilidade, passando a jurisprudência e a própria doutrina societária a prever a nulidade, ainda que esta não estivesse regulamentada, na própria lei societária.

Com a vigência do atual CSC passou a estar elencado, em normas independentes, o regime da nulidade e da anulabilidade. A nulidade está presente no artº 56º e a anulabilidade no artº 58º, do mesmo normativo.

Podemos observar assim, dois tipos de vícios: o vício de processo ou de procedimento e os vícios de conteúdo ou de substância. Assim, os vícios de processo ou de procedimento, em regra, são passíveis de serem sanados ainda que resultem de preceitos legais imperativos, ao contrário dos vícios de conteúdo ou de substância que, em consequência da violação dos direitos aí tutelados, não podem, em caso algum, obter essa possibilidade (sanação dos vícios).

Observando a opinião tomada pelo Doutor Pedro Maia, no seu trabalho<sup>48</sup>, podemos observar os seguintes exemplos que, na prática, poderão melhor elucidar tal distinção: imagine-se uma determinada deliberação social que tem como objetivo uma alteração de contrato, tomada em assembleia geral de uma sociedade anónima, em que é inserida uma determinada cláusula que permite que, a convocatória das assembleias gerais pode ser realizada através da fixação de anúncios na própria sede social.

---

<sup>46</sup> Cf. L’invalidité, pág. 101

<sup>47</sup> Vd. Giuseppe Romano-Pavoni, “Le Deliberazioni delle assemblee delle società”, pág.131  
editora: FDL

<sup>48</sup> Vd. Pedro Maia em “Invalidade de deliberação social por vício de procedimento, pág. 701

Na sequência deste primeiro exemplo, colocamos agora a situação em que a assembleia geral de uma determinada sociedade anónima convoca, igualmente, através da fixação de anúncios na sede social para que seja deliberada a eleição do conselho de administração. O Doutor Pedro Maia considera que está a ser violado o mesmo preceito legal, artº 377º, nºs 2 e 3 CSC, mas que essa violação acarreta sanções díspares, uma vez que no primeiro exemplo estamos perante um vício de conteúdo, alínea d) do artº 56º, gerando a nulidade. No segundo exemplo, o vício é relativo ao procedimento, pelo que estamos perante um caso de anulabilidade de deliberação social, contemplado na alínea a), nº1 do artº 58º, estando em causa os direitos que se pretenderam atingir.

Esmiuçando as hipóteses acima descritas, vamos ao encontro do trabalho elaborado pelo Dr. Pedro Maia, conferindo que, os vícios respeitantes à convocatória, podem ser sanados, artº 54º, nº 1 2ª parte, desde que todos os sócios estejam presentes e se os mesmos manifestarem a sua vontade em deliberar sobre determinado assunto.

O intuito de uma assembleia geral é a de que os sócios se reúnam e deliberem sobre determinado assunto, quando foram previamente informados. Para que os vícios sejam sanados é necessário que se verifiquem três requisitos e de forma cumulativa: é necessário que todos os sócios se encontrem presentes, que todos deem o seu consentimento para a sua constituição e que o assunto/tema a deliberar seja unânime. Assim, e estando verificados estes três requisitos, estamos em harmonia com o disposto no nº 1, 2ª parte do artº 54º do CSC. A nossa doutrina tem tentado esclarecer se, no caso das assembleias denominadas como universais, para além da necessidade da presença de todos os sócios que a constituem, carecem igualmente da presença de outros órgão, nomeadamente o órgão de fiscalização e de administração. Destarte, a nossa doutrina, é do entendimento de que a sanção de tais vícios não carecem da presença de tais órgãos, mesmo que a lei confira esse direito.

Mas nos termos do nº 1, 1ª parte do artº 54 do CSC, havendo a possibilidade dos sócios, independentemente do tipo societário que representam, de deliberarem, de forma unânime por escrito, os órgão que a lei atribui o direito de estarem presentes nas assembleias gerais podem permanecer ausentes dessas mesmas deliberações.

O Dr. Pedro Maia estabelece ainda a dificuldade em articular as normas legais dos vários tipos societários (por exemplo no artº 189º, nº 1 SNC e artº 248º, nº 1 nas SPQ) com a norma do nº 4 do artº 379º do mesmo normativo, em tentar esclarecer se o direito que é atribuído aos órgãos de fiscalização e de administração visam de alguma forma premunir algum tipo de direito.

Esta questão pode apresentar duas vertentes: se o entendimento for o de acautelar algum interesse dos próprios órgãos, devemos considerar que a realização de uma assembleia geral universal não deve “impedir” que esses mesmos órgãos estejam presentes, pois nos termos do nº 1 do artº 54º CSC, os vícios apenas são sanados, no que toca à convocatória, caso estejam presentes os sócios e os órgãos que a lei estabelece. A segunda vertente, elencada pelo Dr. Pedro Maia, vai no sentido de que, verificando-se a 2ª parte, nº 1, artº 54º CSC, se apenas for para tornar válidas as deliberações tomadas em assembleia geral, basta que estejam presentes os sócios pertencentes a essa mesma sociedade, sem que tal validação careça da presença dos próprios órgãos.<sup>49</sup>

Pode-se assim, face ao exposto, concluir que os órgãos de fiscalização e administração não apresentam uma tutela própria, no que diz respeito à obtenção de um interesse próprio. Existem para melhor esclarecer os sócios, quando as matérias versadas sejam de carácter técnico e que através do esclarecimento, os sócios votem de forma consciente e informada. Em sede própria referimos que os sócios devem ter acesso a uma informação verdadeira, completa e elucidativa, conseguindo preencher estes requisitos cumulativamente com a presença de tais órgãos.

Mas não podemos “descartar” a importância desses órgãos, uma vez que nos termos do artº 290º, caso os sócios pretendam a obtenção dos direitos à informação, verificando-se a ausência de tais órgãos, esta informação não poderá ser concedida, dando lugar à aplicação do regime da anulabilidade.

Existem situações em que, a presença de tais matérias, carecem obrigatoriamente da presença dos órgãos de administração e de fiscalização, pela sensibilidade das matérias tratadas, nomeadamente quando se está a versar sobre as contas da sociedade e o relatório de contas da sociedade. Fora destes casos, pensa-se que a validade não será afetada pela sua não presença. Assim e apesar da presença de todos os sócios não ser suficiente para a constituição de uma assembleia geral universal afasta desde logo o normativo do regime da nulidade, artº 56º, nº 1 CSC.

Vejamos agora o caso em que a assembleia geral decorra sem a presença de todos os sócios os próprios vícios não serão sanados, sendo que a falta de convocatória é geradora de nulidade, artº 56º, nº 1. Todos os outros vícios que estejam implicados na convocatória, são regulados pela anulabilidade das próprias deliberações sociais, alínea a), nº 1 do artº 58º CSC. Este vício que resulta por exemplo da falta de convocatória,

---

<sup>49</sup> Cfr. Pedro Maia - “A Invalidade de Deliberação Social por Vício de Procedimento”, págs. 706 e 707

podem não afetar a universalidade dos sócios. O exemplo que pode ser prestado e que pode melhor elucidar esta premissa, é a situação de uma assembleia geral de uma determinada SPQ, em que o aviso convocatório não seja prestado à totalidade dos sócios ou não tenha sido divulgada dentro do prazo do estipulado no artº 248º CSC. A primeira situação prende-se efetivamente em saber se é aplicada a norma que regula o regime da nulidade, nº 1, alínea a) do artº 56º CSC <sup>50</sup>.

Ainda no seguimento do Dr. Pedro Maia que alude à opinião do Dr. Vasco Lobo Xavier em que “a ausência absoluta de convocatória deve ser equiparada à ausência de convocatória de (apenas) algum ou alguns sócios”. A questão aqui colocada prende-se pelo facto de a assembleia geral ter sido realizada sem a presença de todos os sócios, ainda que estejam presentes aqueles sócios que não foram convocados ou que foram convocados de forma “anormal”, por assim dizer”. É de entendimento óbvio de que todos os sócios que não tenham estado presentes na assembleia geral, por falta de convocatória, o regime aplicável é o regime mais gravoso, ou seja, é atribuída a nulidade, nos termos da alínea a), nº 1 do artº 56º CSC. Como observado, o regime geral dos vícios de procedimento é a anulabilidade pelo que aqui, o legislador tentou precaver os direitos que foram violados, uma vez que a falta de convocatória acaba por ser, como diz o Dr. Pedro Maia e muito bem, uma “Lesão Grave”, privando os sócios de uma multiplicidade de direitos que lhes estão inerentes, a saber: o direito de estar presente nas assembleias gerais dos sócios, o direito ao voto e muito importante, o direito de ser convocado para essas mesmas assembleias <sup>51</sup>.

Podemos colocar a seguinte questão: O porquê da importância dos sócios, que constituem a sociedade, estarem presentes nas assembleias gerais? A resposta afigura-se de simples resposta, pelo que as decisões tomadas para uma melhor prossecução dos interesses tanto dos sócios como da sociedade, são tomadas numa reunião denominada de assembleia geral dos sócios, que é visto como o principal mecanismo de discussões e respetivas decisões que daí advêm.

A norma do nº3 do artº 56º CSC, tem a previsibilidade de sanção de vícios das assembleias gerais que não são convocadas. Este normativo prevê que as alíneas a) e b), nº1 do artº 56º não podem ser invocadas quando aqueles sócios que não forem convocados ou não tenham sido representados tenham dado de forma posterior o seu aval á deliberação decidida nessa mesma assembleia.

---

<sup>50</sup> Cfr. Pedro Maia - “A Invalidade de Deliberação Social por Vício de Procedimento”, pág. 714

<sup>51</sup> Vd. Pedro Maia - “A Invalidade de Deliberação Social por Vício de Procedimento”, págs. 716 e 717

Estes vícios podem ser sanados por estes sócios que não se fizeram representar ou que não foram mesmo convocados, o que se conclui que todos aqueles sócios convocados não gozam desse mesmo direito <sup>52</sup>. É assim curioso o entendimento do próprio legislador em atribuir tal direito a um conjunto de indivíduos, não participantes na assembleia geral.

Nos casos em que os sócios não convocados ou que foram incorretamente convocados estiveram presentes na assembleia geral, aplica-se assim a norma da 2ª parte, nº1, artº 54º CSC prevê que os vícios sejam sanados, caso a assembleia geral for considerada como universal.

Aqueles vícios que decorrem durante as assembleias gerais geram a anulabilidade, nos termos da alínea a), nº 1 do artº 58º CSC. Os sócios possuem, de forma inerente à sua qualidade enquanto parte fundamental da sociedade que representam, direitos participativos como por exemplo o direito a ser convocado, o direito de poder exercer a sua opinião e o direito de estar presente nessa mesma deliberação <sup>53</sup>.

Temos observado nesta matéria, o observado pelo Dr. Pedro Maia, e que iremos continuar a abordar a sua opinião que vai a encontro da temática deste trabalho. Um exemplo muito pragmático e que pode ser de alguma forma usual, são as situações em que um sócio, seja por que motivo for, é impedido de poder prestar a sua opinião. Julga-se que este vício de procedimento poderá ser considerado sanado. O regime da nulidade, artº 56º, nº 3 CSC, é observado quando são violados, cumulativamente todos os direitos que se encontram inerentes a um sócio. Neste caso em concreto não se afigura a utilização desse mesmo regime, pelo que a violação presente, apenas diz respeito a um determinado direito e não ao seu conjunto <sup>54</sup>.

A própria lei societária, em relação aos vícios de conteúdo, menciona que são considerados nulas as deliberações presentes no artº 56º, e as demais são consideradas anuláveis. Encontramos assim, na redação do artº supramencionado, a percepção de que se consideram nulas aquelas deliberações que são tomadas pelos sócios sobre determinadas matérias que estão fora das suas competências deliberativas, como observámos nos apontamentos do Dr. Pedro Maia que faz essa importante distinção.

Nesse sentido, não seria de todo coerente que as deliberações tomadas, pelos sócios, fora da sua competência, produzissem efeitos jurídicos práticos.

---

<sup>52</sup> Cfr. Pedro Maia, “Invalidade de deliberação social por vício de procedimento”, págs. 720 e 721 citando Pinto Furtado

<sup>53</sup> Cfr. Pedro Maia, “Invalidade de deliberação social por vício de procedimento”, págs. 726

<sup>54</sup> Vd. Pedro Maia, “Invalidade de deliberação social por vício de procedimento”, págs. 727



Pelo exposto, podemos observar a segunda parte da alínea d), do artº 56º, onde se expõe o seguinte: “são nulas as disposições que violem normas legais que não podem ser derogadas nem sequer pela vontade unânime dos sócios”.

A própria doutrina forma dois grupos sobre esta matéria, sendo o primeiro aquelas formadas em assembleia geral que versam matérias abrangidas nas competências de um ou mais órgãos sociais e o segundo grupo abrange as decisões que são tomadas em assembleia geral, mas que interferem na jurisdição de terceiros.<sup>55</sup>

O Doutor Henrique Salinas Monteiro ainda acrescenta “ (...) todos têm em comum a ideia de que a assembleia não pode extravasar o âmbito da autonomia de regulamentação de interesses que a lei reconhece aos sócios, ou seja, a própria soberania da assembleia geral”.

Do exposto, pode-se afirmar com clareza que o artº 56º do CSC apenas encontra um critério unitário que as agrega, ou seja, são aquelas deliberações tomadas pelos sócios, mas que se encontram fora da sua esfera de atuação e que são consideradas nulas, não produzindo qualquer efeito jurídico.

Deste modo, e por exclusão de partes, o legislador considera como deliberações anuláveis, abrangendo um maior leque de situações, aquelas que se encontram na autonomia dos sócios, produzindo assim efeitos, só que de forma precária, podendo, como supradito, ser a todo o tempo sanados.

O nº 1, do artº 54º do CSC, na sua parte final, refere que “desde que todos estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto” está interligado com a parte final da alínea a) do artº 56º do mesmo código “salvo se todos os sócios tiverem estado presentes ou representados”, mas podemos por esta questão de uma outra perspetiva: Será que é suficiente, para validar uma deliberação social, se encontre nestes termos, a presença de todos os sócios? Pensa-se que não será de todo suficiente, uma vez que para além da presença de todos, que não deixa de ser relevante para este assunto, é também necessário que todos os sócios se encontrem em acordo, isto é, em concordância plena.

---

<sup>55</sup> Vd. Henrique Salinas Monteiro, “Direito e Justiça”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Volume VIII, 1994, págs. 218 a 222

Assim sendo, se não forem verificados, cumulativamente, estes requisitos, não estaremos perante o regime da nulidade mas da anulabilidade, mais precisamente na alínea a), do nº1, do artº 58º do CSC.

Em jeito de conclusão, concordar-se-á com a sábia opinião do Doutor Henrique Salinas Monteiro <sup>57</sup> em que “a deliberação tomada em assembleia não convocada em que não estejam presentes todos os sócios é nula, enquanto que a deliberação tomada em assembleia não convocada em que estejam presentes todos os sócios, mas em que não exista unanimidade para a constituição da mesma ou para a deliberação sobre determinada matéria é anulável”.

Para melhor analisar esta última alínea, é necessário, mais uma vez, evidenciar no disposto o artº 54º. Deste modo, a lei é muito clara no que toca às deliberações tomadas por voto escrito, sendo necessário a concordância de todos os sócios, mas contrariamente, no que se verifica nas votações por escrito, apenas apresenta como requisito que as deliberações sejam tomadas mediante voto escrito, mas para a sua aprovação bastará que os sócios votem, em maioria. Para o Doutor Raúl Ventura “no primeiro caso à uma forma de deliberação e no segundo caso uma modalidade de voto dentro de certa forma de deliberação”.

Enunciando, mais uma vez, ainda assim de forma pertinente, o Doutor Henrique Salinas Monteiro “Em conclusão, temos que distinguir várias situações, consoante tenha sido efetuada a “consulta”, mas falte a “proposta”, não tenha sido efetuada a “consulta”, mas apesar disso tenha existido “proposta”, ou não tenha existido nem “consulta” nem “proposta”. Constata-se que, tanto a primeira como a última, são consideradas nulas, para o Doutor Henrique Salinas Monteiro. Este autor considera apenas nestas duas situações, mas o Doutor Carneiro da Frada admite a possibilidade de se verificar também a nulidade no segundo dos casos, isto é, quando não se tenha efetuada a “consulta” mas apesar disso tenha existido a “proposta”.

Assim não entende o Doutor Henrique Salinas Monteiro em considerar a segunda situação como nula, referindo que a segunda das situações apenas determina a anulabilidade, por não se enquadrar prevista na alínea b) do artº 56º do CSC, nem se

---

<sup>57</sup> Cf. Henrique Salinas Monteiro, “Direito e Justiça”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Volume VIII, 1994, págs. 242 a 245

verificar nenhuma semelhança entre a segunda situação e as deliberações tomadas em assembleia geral não convocada <sup>58</sup>.

O regime da anulabilidade encontra-se dividido em duas partes: aquelas que são contrárias à lei ou aos estatutos, alínea a), n.º 1, do art.º 58º e a parte, ou grupo, onde podemos encontrar o abuso de direito que se verifica sempre que um sócio obtenha vantagens para si ou para terceiros através do seu voto, podendo lesar a própria sociedade e os seus “colegas” acionistas, com a exceção de que as deliberações seriam na mesma tomadas mesmo sem os votos abusivos, conforme consta da alínea b) do mesmo preceito legal.

Mas esta alínea, já em legislação precedente, veio e vem considerar, na atual legislação, que existe a figura do abuso de direito, quando, simplesmente, o sócio que tenha essas intenções prejudique a sociedade ou os outros sócios, independentemente de obter vantagens para si ou para terceiros.

Como se pode observar as violações que são contrárias à lei geram anulabilidade, quando não se verifica nenhuma das alíneas do art.º 56º do CSC.

Estudando, mais em concreto, o regime geral das SA, no que respeita ao direito à informação, e como já observado em sede própria, encontramos este regime no art.º 288º do CSC. Todo o acionista que detenha, pelo menos 1% do capital social, pode pedir, à sociedade, que lhe seja facultado, nomeadamente o relatório de gestão de contas. O relatório de gestão de contas encontra-se no art.º 66º CSC.

Analisemos agora algumas situações do ponto de vista prático, com base em situações da vida real. O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa <sup>59</sup>, retrata uma situação em que A (possui, na sociedade R, 1045 ações) intenta uma ação contra B, solicitando que seja considerada anulável, as deliberações sociais tomadas pela Assembleia Geral no dia 23.04.2001.

Os acionistas foram convocados, por anúncio, publicado no Diário da República (DR) n.º 7072001, para uma assembleia geral a ser realizada no dia 23.04.2001 com o intuito de ser deliberado, com a seguinte ordem de trabalhos: deliberar sobre o exercício das contas, referentes ao ano 2000, assim como os relatórios do Conselho de Administração e Fiscal; deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; proceder

---

<sup>58</sup> Conforme refere Henrique Salinas Monteiro, “Direito e Justiça”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Volume VIII, 1994, pág. 249

<sup>59</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 165/2004-6; Data do Acórdão: 04.03.2004; Relator: Manuel Gonçalves

à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade, entre outros pontos, aos quais não servirão de relevância, para o tema em estudo.

No dia 18.01.2001, um representante de A, deslocou-se à sede da sociedade comercial, R, assistido por um revisor oficial de contas (ROC), a fim de consultar o relatório de gestão de contas, tendo sido concedida a sua consulta, mas apenas do relatório de gestão, a demonstração de resultados e o balanço, uma vez que a consulta de outros documentos necessitava de prévia autorização, por escrito, do Conselho de Administração.

Foi assim, elaborado, por escrito, um pedido de informações acerca de documentos a consultar, pedindo que os mesmos fossem facultados até ao dia 19.04.2001. O Conselho de Administração permitiu a consulta dos documentos requeridos, por A, no dia 20.04.2001, por um período de hora e meia. Após análise, foi redigido um relatório onde, segundo A, apresentava irregularidades que foram colocaram no relatório.

Para além das inúmeras anomalias verificadas, foi constatado que no relatório do Conselho de Administração, da sociedade comercial, apresentava uma redução de custos no exercício do ano de 2000, ao qual se veio a verificar no relatório do ROC, que comprovou um aumento de custos e não uma redução.

Os relatórios da administração, no que às contas do exercício de 2000 diz respeito, não se encontram verificados os elementos mínimos do artº 66º do CSC, nomeadamente, a evolução da gestão da sociedade incorreta, não fundamentando, o porquê da diminuição que se vem verificando nas receitas e não se fazendo qualquer menção à evolução previsível da sociedade, R.

A autora fez-se representar na Assembleia Geral, no dia 23.01.2001. É referido ainda, por parte do representante de A que, as deliberações sociais são precedidas de vícios, uma vez que não foi lhe foi concedida a possibilidade do exercício, absoluto, pela autora, do direito à informação, regulado nos artsº 58º, nº 4, 288º e 289º do CSC.<sup>60</sup>

Para além do aludido foi ainda mencionado que, no balanço e nas contas do exercício de 2000, não se verifica, verdadeiramente, a situação financeira e económica da sociedade R e ainda por não terem sido verificados os requisitos enumerados no artº 66º do CSC.

Citada a Ré, contestou, apresentando um pedido reconventional, argumentando o seguinte: o anúncio da Assembleia Geral foi publicado na data de 23.03.2001; apenas a

---

<sup>60</sup> Vd. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 165/2004-6; Data do Acórdão: 04.03.2004; Relator: Manuel Gonçalves

18.04.2001 foram consultados os documentos; foi enviado um fax, no dia 19.04.2001, pela Ré, autorizando a consulta dos documentos para o dia seguinte, 20.04.2001; a documentação foi permitida e explicada, todas as questões colocadas, relativamente aos movimentos.

A Ré alega que, face a estas acusações por parte de A, estão a ser postas em causa a honorabilidade, tanto pessoal como profissional, dos administradores da sociedade comercial, R, do Conselho Fiscal, assim como a imagem e o bom nome do organismo que representa, fazendo com que o Conselho de Administração recorre-se a uma empresa especializada em auditoria para verificar as contas da sociedade.

Alega ainda, que a autora está a agir de má-fé, pelo que deve ser condenada a multa e indemnização. Face ao exposto, a autora replicou, tendo a ré triplicado, tendo sido proposto uma conciliação das partes, não se tendo verificado. Após alegações de direito, o tribunal julgou dar como procedente a ação intentada pela autora, declarando a anulação das deliberações da assembleia geral da ré, em 23.04.2001.<sup>61</sup>

Esta decisão tem por base a análise à matéria de direito, uma vez que estipula o seguinte: O direito à informação dos sócios encontra-se regulado na alínea c), n.º 1, art.º 21.º do CSC, como norma geral.

Em relação às sociedades anónimas, estipula o artº 288º do CSC que qualquer acionista que possua uma percentagem de ações de pelo menos 1% do capital social, pode, sempre, consultar, desde que seja exposto motivo justificado, na sede da própria sociedade, os relatórios de gestão e os documentos de prestação de contas, relativos aos três últimos exercícios, as convocatórias das assembleias gerais, os montantes globais das remunerações pagas, relativamente a cada um dos últimos três anos.

O nº 3, do artº supraindicado, refere que a consulta pode ser feita presencialmente pelo acionista ou por pessoa que possa representá-lo na assembleia geral, podendo ser assistido por um Revisor Oficial de Contas ROC), assim como tem o direito de exercer o que se encontra elencado no artº 576º do CC, isto é, o requerente tem a possibilidade de tirar fotografias e/ou fotocópias, desde que se mostre necessária à prossecução dos motivos apresentados.

Ainda no âmbito societário, o artº 289º do CSC refere que nos 15 anteriores à realização da assembleia geral de acionistas, devem ser facultados, a estes, na sede da

---

<sup>61</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 165/2004-6; Data do Acórdão: 04.03.2004; Relator: Manuel Gonçalves

sociedade, as propostas de deliberação a apresentar à assembleia, assim como os relatórios ou justificação que as devam acompanhar, sendo considerados como direitos que os acionistas detêm, independentemente da sua participação social. No que respeita ao caso em concreto, o acionista, também denominado como A, possui 1045 ações, enquadrando-se assim no artº 288º do CSC.

Recordando o que se encontra regulamentado pela norma do artº 58º (Deliberações anuláveis) do CSC considera deliberações anuláveis, aquelas que não tenham sido precedidas de elementos mínimos de informação, aos sócios. O nº 4, do art.º acima mencionado, diz que são considerados elementos mínimos de informação o estipulado no nº 8 do artº 377º do CSC e a colocação de documentos para que os sócios interessados possam analisá-los, no local, e durante o tempo prescritos pela própria lei ou por contrato.<sup>62</sup>

Fazendo referência, ao Dr. Carlos Olavo “as sociedades comerciais, enquanto pessoas coletivas, necessitam de suportes materiais para que a respetiva vontade se forme e manifeste. Esses suportes materiais são os órgãos da sociedade, através de cujas deliberações a vontade da pessoa coletiva se forma e manifesta.

As deliberações sociais consistem assim no resultado da vontade dos titulares dos órgãos da pessoa coletiva, em termos de serem, a esta, normativamente imputáveis.

Por outras palavras, a deliberação social é o produto da emissão conjunta de todos ou da maioria dos votos e traduz na doutrina jurídica a vontade do órgão colegial imputável à pessoa coletiva”.

Assim sendo, podemos afirmar que o direito à informação existe para que os sócios possam votar, no âmbito das deliberações societárias, de forma esclarecida e com conhecimento de causa. Para efeitos exemplificativos, poder-se-á ainda, segundo o acórdão em análise, do STJ, datado de 06.04.2000, relator: Miranda Gusmão “o artº 58º nº1 c), tem de ser interpretado no sentido de que ao sócio devem ser fornecidas, previamente à assembleia geral, não só as informações constantes do n.º 4, mas também as que tiverem sido requeridas, desde que necessárias para a formação da sua vontade e desde que a sua não prestação não integre um caso de recusa lícita de informação”.

Também, neste acórdão do STJ, foi citado o Doutor. Pinheiro Torres “Se há razões para estabelecer no n.º 3 do art.º 290.º um princípio geral de anulabilidade para o caso

---

<sup>62</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 165/2004-6; Data do Acórdão: 04.03.2004; Relator: Manuel Gonçalves

de recusa em assembleia geral da informação necessária para o sócio poder intervir e votar conscientemente, iguais razões existem, se não maiores razões para considerar estabelecido um idêntico princípio para as hipóteses de recusa dessa informação previamente à assembleia geral”<sup>63</sup>.

Voltando ainda ao acórdão, em análise, do Tribunal da Relação de Lisboa, e termos factuais, A, detém 1045 ações sociais do capital social da sociedade, R, encontrando-se assim ao abrigo da norma do artº 288º do CSC. Aquando da convocatória para a assembleia geral de 23.04.2000, A, tendo designado o filho como seu representante, acompanhado de um ROC, deslocou-se à sede da sociedade, R, com o intuito de consultar o relatório de gestão, e outros documentos de prestação das contas do exercício de 2000. Foi-lhes indicado que apenas seriam disponibilizados para consulta o relatório de gestão, o balanço e a demonstração de resultados e quaisquer outros elementos deveriam ser pedidos por escrito ao Conselho de Administração. Este autorizou a consulta dos documentos solicitados, no dia 20.04.2000, durante um período de hora e meia, não tendo sido autorizada qualquer tipo de reprodução desses documentos, nomeadamente, que fossem tiradas fotografias.

Pelo exposto, o Tribunal da Relação de Lisboa, relata que o direito à informação deve sempre ser prestado, para que se possa atingir o propósito legal, ou seja, a possibilidade de o sócio poder recolher elementos que considere necessários e fundamentais para poder votar de forma elucidada e sempre com conhecimento de causa.

Quando os documentos, solicitados, são fornecidos aos sócios, sem que tenha sido dado tempo indispensável e necessário à sua consulta, verifica-se uma clara omissão do dever de informar e uma violação dos sócios à informação, que por lei lhes assiste.

A decisão do Tribunal da Relação de Lisboa, verifica a existência da violação das normas dos artsº 288º, nº 1 e 289º do CSC, pelo que as decisões que foram tomadas são consideradas anuláveis, alínea c) do art.º 58.º CSC, sendo que o recurso da sociedade, R, não teve provimento, condenando a recorrente a custas judiciais.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> “O direito à informação nas sociedades comerciais”, pág. 282

<sup>64</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 165/2004-6; Data do Acórdão: 04.03.2004; Relator: Manuel Gonçalves

### 3.3 Meios à disposição dos sócios para acautelar a falta de informação que deveria ter sido prestada

#### 3.3.1 A Ação de Anulação e a Ação de Nulidade

Cumprir-se-á, em primeiro lugar, referir que, tanto a ação de anulação, como a ação de nulidade são sempre propostas contra a sociedade. Analisando, primeiramente, a ação de anulação, esta, como refere o Professor Doutor António Menezes Cordeiro <sup>65</sup> “(...) visa atuar o direito potestativo de impugnar a deliberação anulável”, ou seja, é considerado um mecanismo legal que se encontra à disposição, neste caso dos sócios, que se sentiram lesados, de fazer valer os seus direitos.

Este não produz efeitos extrajudicialmente, ao contrário do que se verifica nas deliberações civis, podendo ser decididas pelas próprias assembleias gerais de acionistas, uma vez que se têm a legitimidade para anular, também poder-se-á afirmar que têm capacidade para as poder renovar, visto se tratar de um caso de anulabilidade.

A ação de anulação encontra-se regulada no artº 59º do CSC, no seu nº 1, referindo que esta pode ser arguida pelo órgão de fiscalização da sociedade, mas somente perante a assembleia geral, uma vez que este órgão, caso pudesse e tivesse legitimidade para propor uma ação de anulação, poderia colocar em causa a própria vontade dos sócios que não puderam votar, por não terem sido convocados, mas que ficaram satisfeitos com o que foi deliberado e consequentemente decidido.

Para além deste, a anulabilidade também pode ser arguida pelo sócio que não tenha votado, nem tenha dado o seu consentimento para a aprovação de determinadas matérias, sendo que só têm legitimidade para arguir judicialmente aquelas que se encontram elencadas pelas normas da lei societária.

O nº 2, do artº 59º, refere que o prazo para se poder intentar uma ação de anulação é de 30 dias, podendo ser na data em que foi encerrada a assembleia geral, alínea a), do 3º dia subsequente ao envio da ata da deliberação que tenha sido dado por voto escrito, alínea b) ou na data em que o sócio tenha conhecimento da deliberação, apenas se esta coincidir com o assunto que não constava na própria convocatória, alínea c).

Relativamente à alínea c), acima mencionada, a anulação é considerada nula e não anulável, uma vez que é aplicado aos casos em que o sócio que tenha interesse no

---

<sup>65</sup> Em Código das Sociedades Comerciais Anotado, pág. 239



assunto a deliberar, não tenha recebido a convocatória, ou a tenha recebido apenas em parte.

Para além das ações de anulação e das ações de nulidade, mecanismos à disposição dos sócios para fazerem valer os seus direitos, os administradores e os gerentes da sociedade podem ter responsabilidade civil, respondendo para com a sociedade, onde prestam as suas funções, artº 72º do CSC. Esta responsabilidade é denominada por responsabilidade obrigacional, uma vez que o que está em causa são as obrigações inerentes ao administrador da sociedade.

Existindo presunção de culpa encontra-se presente a ilicitude. Quem tem legitimidade para propor este tipo de ação em tribunal é a própria sociedade, caso esta não intente nenhuma ação, cabe aos sócios essa mesma possibilidade, artsº 77º e 78º do CSC. Estão em causa danos ilícitos, provocados pela inobservância de deveres específicos e com presunção de culpa.

A violação de deveres específicos envolve a presunção de culpa. A ilicitude e a culpa são sempre imputadas aos agentes faltosos, cabendo a este/s o ónus da prova, podendo apresentar uma causa de justificação, ou seja, tentando apresentar um fundamento de desculpabilidade, devendo ser observado o critério do ponto de vista da diligência de um gestor ordenado e criterioso, alínea a), artº 64º CSC.

Existem deveres específicos, imputáveis aos gerentes ou administradores que são capazes de gerar responsabilidade, entre outros casos, o que para este trabalho interessa, é o incumprimento do próprio dever de relatar a gestão e de apresentar as contas da sociedade.<sup>66</sup>

### 3.3.2 A Arbitrabilidade como alternativa de resolução de litígios em caso de nulidade ou anulabilidade das deliberações sociais

Para além da possibilidade de intentar ações de anulação e/ou ações de nulidade, é possível optar por uma outra via para a resolução de determinados conflitos, no âmbito societário e não só. Esta abordagem será realizada de forma muito superficial. É necessário que se verifiquem determinados requisitos para exercer o direito, lesado em tribunais arbitrais.

---

<sup>66</sup> Cf. António Menezes Cordeiro, Código das Sociedades Comerciais, 2ª Edição, 2012, Almedina, pág. 279

É igualmente fundamental que essas decisões possam ter aplicabilidade e eficácia no âmbito das sociedades, devendo todo o processo arbitral ser conduzido para que essas decisões possam transitar em julgado.

A condição para que exista validade, quando não constem da própria lei, é essencial que se encontre regulado por convenção arbitral, o que normalmente se verifica é que é inserido nos próprios estatutos da sociedade, a chamada cláusula compromissória.

Só assim, é possível assegurar de forma clara, transparente e, muitas vezes, ou na sua maioria, de forma mais célere, face aos tradicionais recursos intentados nos tribunais civis <sup>67</sup>.

O recurso ao processo arbitral encontra lacunas, ou de outro modo, encontra sérias dificuldades no que respeita às ações de anulação ou de nulidade das deliberações sociais.

O n.º 1, do art.º 60.º do CSC, refere que a ação de anulação e a ação de nulidade devem ser sempre propostas contra a sociedade, aplicável aos órgãos sociais, traduzindo-se num princípio geral de legitimidade processual, aplicável, igualmente, aos processos arbitrais.

Na opinião do Dr. Jorge Pinto Furtado, uma sentença que tenha sido proferida, independentemente de julgar procedente ou improcedente, isto é, quer se tenha decidido pela subsistência ou insubsistência das deliberações sociais tomadas no seio da sociedade, esta produz, sempre, efeitos não apenas a um determinado sócio, em especial, mas à globalidade dos sócios, mas também a todos os titulares de órgãos sociais. <sup>68</sup>

Depois desta breve análise, poder-se-á colocar a seguinte questão: Poderá ser aplicável, a todas e quaisquer ações que tenham como objetivo, a declaração de anulabilidade ou nulidade das deliberações sociais, nos termos do art.º 61.º, n.º 1 do CSC, sempre que sejam propostas perante árbitros? Perante esta questão poderá ser dada a opinião especializada do Dr. António Sampaio Caramelo referindo que “ a razão de ser do alargamento dos limites subjetivos de caso julgado estabelecido no art.º 61.º, n.º 1, do CSC reside na possibilidade que a lei processual civil oferece aos terceiros a quem se

---

<sup>67</sup> Vd. António Sampaio Caramelo, “Arbitrabilidade dos litígios sobre a validade de deliberações sociais”

<sup>68</sup> Nota explicada por Jorge Pinto Furtado nas referências de António Sampaio Caramelo em “Arbitrabilidade dos litígios sobre a validade de deliberações sociais”, pág. 103

estende a eficácia do caso julgado da sentença proferida nas ações referida naquele artigo, de nestas intervirem, desenvolvendo aí atividade processual própria, a resposta àquela questão dependerá de a lei reguladora da arbitragem (*lex arbitri*) ou a convenção de arbitragem (...) admitirem a intervenção de terceiros em arbitragens em curso”. Assim sendo, a questão principal apresentada pelo Dr. António Sampaio Caramelo, reside na possibilidade da intervenção de terceiros no processo arbitral.<sup>69</sup>

Face a esta problemática, se assim a quisermos designar, podemos atender a um outro ordenamento jurídico. O Supremo Tribunal Federal Alemão, inicialmente por um acórdão datado de 29.03.1996 e posteriormente por um acórdão datado de 06.04.2009, admitindo a possibilidade do uso da arbitrabilidade de resolução de litígios referentes a declarações de nulidade ou ações de anulação, mas desde que a convenção de arbitragem preenchesse um determinado estatuto, através da introdução de certos requisitos, sendo eles os seguintes: requisito da unanimidade (a necessidade da introdução nos estatutos da sociedade da convenção de arbitragem, quer por aprovação unânime dos sócios que a constituem, quer por documento isolado assinado ou carimbado pela sociedade e por todos os sócios), requisito da notificação (uma sociedade sempre que tenha conhecimento de ação proposta contra si, deve informar de forma imediata e com a maior celeridade possível, todos os seus acionistas da existência do processo arbitral, a fim de poderem decidir da viabilidade na sua intervenção, atribuindo-lhes, deste modo, a possibilidade de escolher a sua intervenção do lado da sociedade que representam ou intervindo conjuntamente com o sócio que deu início a tal processo), requisito da concentração (tem a denominação de concentração, pois o processo arbitral que vai declarar a validade, ou não, da deliberação social, deve ser iniciada e concluída no mesmo Tribunal Arbitral, evitando que se disperse, assegurando a eficácia e a transparência da própria decisão) e o requisito da imparcialidade (é atribuído aos sócios, em regra, a possibilidade de escolher os árbitros.

Dir-se-á em regra, pois na convenção de arbitragem poderá ter sido definido que a escolha dos árbitros ficasse a cargo de entidade ou pessoa considerada “neutra” no

---

<sup>69</sup> Cf. António Sampaio Caramelo, “Arbitrabilidade dos litígios sobre a validade de deliberações sociais”

processo de forma a não pender para um dos lados, mesmo de forma inconsciente e não dolosa).<sup>70</sup>

É muito importante que exista a faculdade do recurso ao tribunal arbitral, para certas questões que atinjam a validade de deliberações sociais. A regra é a de as ações serem intentadas nos tribunais civis, mas concordando com o Dr. António Sampaio Caramelo a que recorri para a explicação do recurso à arbitrabilidade em caso de litígios que afetem a validade das deliberações sociais, a possibilidade de introdução de uma cláusula compromissória estatutária, que possa de certa forma alterar os estatutos, alargando o âmbito de aplicação e abrindo portas à arbitrabilidade. O próprio Tribunal Arbitral tem a capacidade para suspender uma deliberação social, independentemente, das partes recorrerem aos tribunais civis para proporem tais ações. As ações propostas nos tribunais arbitrais não são passíveis de recurso.<sup>71</sup>

Poder-se-á afirmar que existe assim uma alternativa de aferir a validade das deliberações sociais, que embora tenham ainda uma afluência diminuta, a sua celeridade, face aos tribunais civis, poderá ser um fator decisivo a médio longo prazo no âmbito societário.

---

<sup>70</sup> António Sampaio Caramelo, “Arbitrabilidade dos litígios sobre a validade de deliberações sociais”, págs. 106 e 107

<sup>71</sup> António Sampaio Caramelo, “Arbitrabilidade dos litígios sobre a validade de deliberações sociais”, págs. 119 e 121

#### 4. Conclusões

Chegados a esta fase, ter-se-á, certamente, retiradas algumas ilações importantes sobre a abordagem feita, ao tema em estudo. Pode-se concluir que o direito à informação é uma importante ferramenta que se encontra à disposição dos sócios para que tenham um conhecimento mais aprofundado sobre a situação da sociedade em que estão inseridos, para que possam desta forma, ir informados para as assembleias gerais, aprovando ou recusando determinados assuntos, de forma consciente e informada.

É um direito que se encontra intrínseco ao *status* do sócio e que não deve ser coartado.

Assim sendo, quando essa violação se constata, dever-se-á apurar se a falta de prestação de informação teve, direta ou indiretamente, influência na sociedade e se foi ou não gravosa. A anulabilidade é aplicável sempre que não se verifique nenhum dos casos previstos no regime da nulidade, sendo que existem vícios, dentro da norma do regime da nulidade, que são passíveis de serem sanados, isto é, que poderão ainda produzir efeitos jurídicos, sendo os casos dos vícios de processo ou de procedimento. Já os vícios de conteúdo ou de substância, não podem, em caso algum, ser sanados, deixando de produzir efeitos *ab initio*.

A lei societária prevê mecanismos à disposição dos sócios para utilização, caso exista uma violação dos seus direitos, no caso do direito à informação. Ainda poder-se-á recorrer, mediante determinados requisitos aos tribunais arbitrais em detrimento dos tribunais civis, fazendo valer, na mesma os seus direitos e de uma forma mais célere e igualmente credíveis, legalmente.

Em jeito de conclusão, este trabalho teve como função uma demonstração da importância do direito à informação na vida societária, que por regra é geradora de anulabilidade das deliberações sociais, da influência que alguns dos sistemas jurídicos mais relevantes tiveram na legislação societária portuguesa, tornando-a, desta forma, mais eficaz na defesa dos sócios.

Foram também apresentados os diferentes regimes societários (sociedades em nome coletivo, sociedades por quotas e sociedades anónimas) e a maneira como a informação é aí processada, demonstrando que em todas elas a informação é um pilar fundamental para a sua harmonia, em especial nas sociedades anónimas, em que o capital social se encontra disperso pela multiplicidade de sócios aí existentes, sendo que

a prestação de informação clara, transparente e verdadeira é a única forma de estes se encontrarem a par da situação da sociedade, quer nos mercados, quer na possibilidade de obterem as informações necessárias sobre as contas da sociedade.

A informação das contas da sociedade demonstram como esta está de “saúde” e que nunca, em caso algum, deve ser omissa.

Muitos poderão não concordar com algumas normas societárias, sobre o seu regime, no que respeita à informação, mas, de forma recorrente, se costuma dizer em direito: *dura lex sed lex*.

## **5. Jurisprudência**

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 311/03.3TYLSB.L1-7, 28-02-2012, Relator: Graça Amaral.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. 8185/2008-1, 18-03-2008, Relator: Alexandrina Branquinho.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 165/2004-6; Data do Acórdão: 04.03.2004; Relator: Manuel Gonçalves.
- Acórdão do STJ de 16-03-2001, Proc. N.º 156/08.3TBOAZ, Relator: Oliveira Vasconcelos

## **6. Referências Bibliográficas**

- Branco, Sofia Ribeiro. O Direito dos accionistas à informação, Almedina.
- Canotilho, J.J Gomes e Moreira, Vital. Constituição da República Portuguesa Anotada, Artigos 1.º a 107.º, Volume I, 4.ª Edição Revista, Coimbra Editora.
- Caramelo, António Sampaio. Arbitrabilidade dos litígios sobre a validade das deliberações sociais, Doutrina Internacional, Palestra Ministrada no Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra (20 a 22 de Outubro de 2011).
- Código Comercial de 1888.
- Cordeiro, António Menezes. Código das Sociedades Comerciais anotado, 2ª.Edição, 2012, Almedina.
- Cordeiro, António Menezes. Direito das Sociedades I, Parte Geral, 3ª.Edição, 2011, Almedina.
- Cordeiro, António Menezes. Manual de Direito das Sociedades, Volume II, 2ª.Edição, 2007.
- Cunha, Paulo Olavo. Direito das Sociedades Comerciais, 3ª.Edição, Almedina.
- De Abreu, Jorge M. Coutinho. Código das Sociedades Comerciais em comentário, Volume III, Almedina.
- De Almeida, L.P. Moitinho. Anulação e Suspensão de deliberações sociais, 4.ª Edição, Coimbra Editora.



- Do Rego, Carlos Francisco de Oliveira Lopes. Comentários ao Código de Processo Civil, Volume II, 2ª.Edição, 2004, Almedina
- Drago, Diogo. O Poder de Informação dos sócios nas sociedades comerciais, Almedina.
- Furtado, Pinto. Deliberações dos sócios, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Almedina.
- Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC). Polícia e Justiça, Janeiro – Junho 2005 III, Série N.º 5, Coimbra Editora.
- Labareda, João. IDET – Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Problemas do direito das sociedades, “Direito à informação”.
- Maia, Pedro. Invalidade de deliberação social por vício de procedimento”
- Maia, Pedro; Ramos, Maria Elisabete; Martins, Alexandre Several; Domingues, Paulo de Tarso; Abreu, J.M Coutinho (Coordenação). Estudos de Direito das Sociedades, 9.ª Edição, Almedina.
- Monteiro, Henrique Salinas. Critérios de distinção entre a anulabilidade e a nulidade das deliberações sociais no Código das Sociedades Comerciais, Direito e Justiça, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Volume III, Tomo 2, 1994.
- Neto, Abílio. Código de Processo Civil anotado, 22ª.Edição Actualizada, Ediforum Edições Jurídicas, Lda.
- Olavo, Carlos (1988). Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Portugueses, Colectânea de Jurisprudência, Ano XIII, Tomo III, “Impugnação das Deliberações Sociais”, Palácio da Justiça, Coimbra.
- Prata, Ana. Dicionário Jurídico, Volume I, 5ª.Edição, Almedina.

- Rocha, Ana Gabriela Ferreira. O direito à informação do sócio gerente nas sociedades por quotas.
- Romano-Pavoni, Giuseppe. Le Deliberazioni delle Assemblee delle società, FDL.
- Ventura, Raúl. Novos Estudos Sobre Sociedades Anónimas e Sociedades Em Nome Colectivo, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Almedina.